

# Terra e Sal

Das antigas sociedades  
camponesas ao fim dos  
tempos modernos

**ESTUDOS OFERECIDOS A  
CARLOS TAVARES DA SILVA**

Victor S. Gonçalves (ed.)



# Terra e Sal

Das antigas sociedades  
camponesas ao fim dos  
tempos modernos

**ESTUDOS OFERECIDOS A  
CARLOS TAVARES DA SILVA**



# Terra e Sal

Das antigas sociedades  
camponesas ao fim dos  
tempos modernos

**ESTUDOS OFERECIDOS A  
CARLOS TAVARES DA SILVA**

Victor S. Gonçalves (ed.)

## estudos & memórias

Série de publicações da UNIARQ  
(Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)  
Direcção: Ana Catarina Sousa  
Série fundada por Victor S. Gonçalves (1985)

16.  
GONÇALVES, V. S., ed. (2021) – *Terra e Sal. Das antigas sociedades camponesas ao fim dos tempos modernos. Estudos oferecidos a Carlos Tavares da Silva*. estudos & memórias 16. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. Workgroup on Ancient Peasant Societies (WAPS). 448 p.

Capa: Victor S. Gonçalves e TVM designers. Garvão, detalhe de Deusa do século 3.º a.n.e. Foto: Rosa Nunes. Contracapa: 2013. Carlos Tavares da Silva em Monsaraz. Foto Joaquina Soares.

Paginação e artes finais: TVM designers

Impressão: AGIR, Produções Gráficas  
300 exemplares  
ISBN: 978-989-53453-1-1 / Depósito Legal: 493591/21  
DOI: <https://doi.org/10.51427/10451/50508>

Copyright textos e imagens ©, 2021, os autores.

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi livre opção de cada autor. Os autores são responsáveis pelos seus originais, respeitando a UNIARQ a sua autoria e não sendo responsável por quaisquer elementos que, de alguma forma, possam prejudicar terceiros.

Lisboa, 2021.

Volumes anteriores de esta série:

LEISNER, G. e LEISNER, V. (1985) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. (estudos & memórias 1) Lisboa: Uniarch/ INIC. 321 p.

GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. 2 Volumes. (estudos & memórias 2). Lisboa: CAH/Uniarch/INIC. 566+333 p.

VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. (estudos & memórias 3). Lisboa: UNIARQ. 670 p. 978-989-95653-4-0open

QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. (estudos & memórias, 4). Lisboa: UNIARQ. 488 p. 978-989-95653-7-1

ARRUDA, A. M., ed. (2013) – *Fenícios e púnicos, por terra e mar, 1. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos* (estudos & memórias 5). Lisboa: UNIARQ. 506 p. 978-989-95653-9-5

ARRUDA, A. M., ed. (2014) – *Fenícios e púnicos, por terra e mar, 2. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. (estudos & memórias 6). Lisboa: UNIARQ. 698 p. 978-989-95653-9-5

SOUSA, E. (2014) – *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo*. (estudos & memórias 7). Lisboa: UNIARQ. 449 p. 978-989-99146-0-5

GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M.; SOUSA, A. C., eds. (2015) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular. Actas*. (estudos & memórias, 8). Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 661 p. 978-989-99146-1-2

SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., eds. (2016) – *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. (estudos & memórias 9). Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 623 p. 978-989-99146-2-9

GONÇALVES, V. S., ed. (2017) – *Sinos e Taças. Junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. (estudos & memórias 10). Lisboa: UNIARQ / FL-UL. 370 p. 978-989-99146-5-0

GONÇALVES, V. S., SOUSA, A. C. (2018) – *Casas Novas, numa curva do Sorraia (no 6.º milénio a.n.e. e a seguir)* (estudos & memórias, 11). Lisboa: UNIARQ/ FL-UL, 280 p. 978-989-99146-6-7

MORÁN HERNÁNDEZ, M. E. (2018) – *El Asentamiento Prehistórico de Alcalar (Portimão, Portugal). La organización del territorio y el proceso de formación de un estado prístino en la Bahía de Lagos en el Tercer Milenio A.N.E* (estudos & memórias, 12 UNIARQ). Lisboa: UNIARQ/ FL-UL, 312 p. 978-989-99146-7-4

ARRUDA, A. M.; FERREIRA, D.; SOUSA, E. (2020) – *Cerâmicas Gregas do Castelo de Castro Marim*. (estudos & memórias, 13 UNIARQ). Lisboa: UNIARQ/ FL-UL, 113 p.

SOUSA, A. C.; BRAGANÇA, F.; TORQUATO, F.; KUNST, M. (2020) – *Georg e Vera Leisner e o estudo do Megalitismo no Ocidente da Península Ibérica. Contributos para a história da investigação arqueológica luso-alemã através do Arquivo Leisner (1909-1972). I Georg und Vera Leisner und die Megalithgräberforschung im Westen der Iberischen Halbinsel. Beiträge zur portugiesisch-deutschen Forschungsgeschichte der Archäologie im Spiegel des Leisner-Archivs (1909-1972)* (estudos & memórias, 14 UNIARQ). Lisboa: UNIARQ/ IAA / DGPC, 704 p.

PEREIRA, Carlos; ALBUQUERQUE, Pedro; MORILLO, Angel; FABIÃO, Carlos; CHAVES, Francisca, eds. (2021) – *De Illipa a Munda. Guerra e conflito no Sul da Hispânia*. estudos & memórias, 15. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. 338 p.

## ÍNDICE

### **A TORRADA E O PIRES. ALGUMAS COISAS QUE EU SEI E OUTRAS QUE NÃO POSSO CONTAR (E, POR ISSO, NÃO CONTO)** 9

VICTOR S. GONÇALVES

---

### **PARA A HISTÓRIA DE UM PERCURSO** 15

ANA CATARINA SOUSA

Carlos Tavares da Silva conversa com Ana Catarina Sousa 15

Bibliografia 25

Algumas imagens de um percurso 41

---

## LISTA DE CONTRIBUTOS

### **UM PRELÚDIO**

O Vale de Muge no contexto do Mesolítico atlântico da Península Ibérica 59

NUNO BICHO · CÉLIA GONÇALVES · JOÃO CASCALHEIRA  
CLÁUDIA UMBELINO, RICARDO MIGUEL GODINHO · CLÁUDIA COSTA

---

### **AS ANTIGAS SOCIEDADES CAMPONESAS**

E depois da Revolução...(Neolítica)? Materialismo e materiais do Ocidente Peninsular, em debate 75

MARIANA DINIZ

---

Fossas rituais, não funerárias, em aldeia do V milénio A. C. (Castelo Belinho, Portimão, Algarve) 89

MÁRIO VARELA GOMES

---

Economia Agro-Marítima em tempos neolíticos na fachada atlântica Portuguesa. Breve Balanço 107

JOAQUINA SOARES

---

## NEOLÍTICO MÉDIO?

- O Neolítico Médio no Maciço Calcário Estremenho. 133  
Cronoestratigrafia e povoamento  
ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO
- 
- O conjunto artefactual do Neolítico médio da Sala do Ricardo,  
Lapa da Bugalheira (Almonda, Torres Novas) 153  
FILIPA RODRIGUES · JOÃO ZILHÃO
- 

## O 3.º MILÉNIO E O QUE VEM IMEDIATAMENTE ANTES

- A propósito de algumas placas votivas da Anta Grande da Comenda  
da Igreja (Montemor-o-Novo, Alentejo médio): breves leituras,  
esperando outras, mais extensas e sistemáticas 167  
VICTOR S. GONÇALVES · MARCO ANDRADE
- 
- Cloak and Dagger: a problemática das grandes pontas bifaciais  
no Maciço Calcário Estremenho 199  
DANIEL VAN CALKER
- 
- A morte à espreita: a possível estrutura funerária calcolítica  
da Ota (Alenquer) 207  
ANDRÉ TEXUGO
- 
- O lingote de cobre calcolítico da Folha do Ouro 1 (Serpa) –  
análise química, microestrutural e isotópica 219  
ANTÓNIO M. MONGE SOARES · PEDRO VALÉRIO  
ANTÓNIO CARLOS VALERA
- 
- Um bom Tipo: questões em torno às tipologias das formas cerâmicas  
do 3.º milénio a.n.e. do Sul de Portugal: 233  
CATARINA COSTEIRA · RUI MATALOTO
- 
- Coleccionadores de fósseis: os dentes de tubarão miocénicos  
das estações pré-históricas portuguesas 249  
JOÃO LUÍS CARDOSO
- 

## OS FENÍCIOS E A IDADE DO FERRO EM PORTUGAL

- Alcácer do Sal e os fenícios no baixo Sado 273  
ANA MARGARIDA ARRUDA
- 
- Algumas notas sobre as ânforas da Idade do Ferro no estuário do Sado 287  
ELISA SOUSA
- 
- A mão, o fuso e o tear: notas sobre o contexto e a organização  
da produção têxtil na Idade do Ferro do Sul de Portugal 301  
FRANCISCO B. GOMES
-

Uma conta vidrada proto-histórica da Gruta do Caldeirão  
(Tomar, Portugal) 313

JOÃO ZILHÃO · ANTÓNIO P. GONÇALVES · LUÍS C. ALVES  
ANTÓNIO M. MONGE SOARES

---

Em torno da estela do Telhado (Fundão):  
um ensaio de arqueologia micro-regional 325

RAQUEL VILAÇA

---

### **A OCUPAÇÃO ROMANA E A ROMANIZAÇÃO DO SUL DO TERRITÓRIO HOJE PORTUGUÊS**

De Chibanes a Monte dos Castelinhos: uma leitura  
sobre os primórdios da produção anfórica na Lusitânia 345

JOÃO PIMENTA

---

Contributos de Carlos Tavares da Silva sobre a ocupação  
romana-republicana da foz do Sado 359

CARLOS PEREIRA

---

O monumento epigráfico de Palmares (Lagos) 371

AMÍLCAR GUERRA · TIAGO NUNES

---

A ocupação romana e Zooarqueologia na região de Setúbal:  
cinco séculos de restos de animais 381

CLEIA DETRY

---

Revisitando as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim.  
Velhos e novos dados sobre a primeira publicação de ânforas  
da Lusitânia 391

RUI ROBERTO DE ALMEIDA · CATARINA VIEGAS · ANTÓNIO CARVALHO

---

### **NOS TEMPOS MEDIEVAIS E MODERNOS**

Pesca sazonal, no século XII, na costa ocidental do Algarve –  
O caso da Ponta do Castelo (Carrapateira, Aljezur) 425

ROSA VARELA GOMES

---

A Península de Setúbal na Idade Moderna.  
Identidade, Comércio e Globalização (1495-1809) 437

TÂNIA MANUEL CASIMIRO

---



## REVISITANDO AS ÂNFORAS DE SÃO BARTOLOMEU DE CASTRO MARIM. VELHOS E NOVOS DADOS SOBRE A PRIMEIRA PUBLICAÇÃO DE ÂNFORAS DA LUSITÂNIA

RUI ROBERTO DE ALMEIDA<sup>1</sup>

CATARINA VIEGAS<sup>2</sup>

ANTÓNIO CARVALHO<sup>3</sup>

---

### RESUMO

Neste trabalho revisita-se a colecção de ânforas recuperadas em São Bartolomeu de Castro Marim, no século XIX, pelo fundador do Museu Nacional de Arqueologia, José Leite de Vasconcelos. A investigação realizada constitui testemunho inequívoco da necessidade de estudar os conjuntos artefactuais do Museu em relação directa com a abundante documentação conservada no seu Arquivo Histórico e que permite a reconstrução da sua trajectória na instituição e na investigação, tornando possível completar a biografia de cada objecto. Efectivamente, após a localização no acervo do Museu das duas ânforas em falta (actualmente quase completas) que integravam o conjunto original das doze provenientes do forno romano de São Bartolomeu de Castro Marim, procedeu-se à documentação rigorosa (registo gráfico e fotográfico) permitindo a integração definitiva das ânforas no tipo Dressel 14. Além da discussão acerca dos aspectos morfológicos da ânfora, propõe-se a sua afiliação nas produções do Tejo e do Sado (e não na vizinha Bética).

### ABSTRACT:

In this paper the complete collection of Roman amphorae that were recovered in São Bartolomeu de Castro Marim back in the 19<sup>th</sup> century by the founder of the Archaeological National Museum, José Leite de Vasconcelos, is revisited. This research is a clear testimony of the need to study the artefactual sets in the Museum in close connection with the abundant documentation that is preserved in its Historical Archive and which allows the reconstruction of its trajectory in the institution and in the investigation, thus making it possible to complete the biography of each object. In fact, after having located in the Museum the whole assemblage of the almost complete twelve vessels provenient from the São Bartolomeu de Castro Marim amphora kiln site, a rigorous documentation was performed (both graphic and photographic) allowing the integration of the pieces in the Dressel 14 type. Besides the discussion on morphological aspects of the amphorae, an affiliation to the Tagus and Sado production (instead of that from the Baetica), is proposed.

---

<sup>1</sup> Museu Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Loulé / UNIARQ – Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. rui.dealmeida@gmail.com.

<sup>2</sup> UNIARQ – Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

<sup>3</sup> Director do Museu Nacional de Arqueologia / UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

«O movimento do caes, a alegria do local, as aguas historico-arqueologicas do rio, e principalmente a minha imaginação, qua andava repleta de cousas antigas, tudo me punha deante dos olhos naquella occasião a epocha em que das naves onerariae desembarcavam os mercadores romanos, que vinham buscar os nossos figos e o nosso atum, tão gabado por Estrabão, e em troca deixavam pelas cidades do Algarve os lindos vasos samios historiados, que ainda lá apparecem a cada passo aos bocados, pelos campos, e cujos restos eu sempre procuro com tanta cobiça, quando ando nas minhas pesquisas archeologicas!»

(Vasconcelos, 1900: 246)

## NOTA PRÉVIA

Carlos Tavares da Silva distribuiu o seu imenso labor por múltiplos temas da Arqueologia. As ânforas sempre estiveram presentes: ou porque escavou fornos como os da Quinta da Alegria em Setúbal, ou os de Abúl e Pinheiro em Alcácer do Sal, ou porque pelo facto da sua área central de interesse ser Setúbal e o rio Sado, e ali a ânfora ser espécie de «fóssil director» omnipresente nos muitos contextos de época romana escavados. Homenageamo-lo trazendo para estas páginas o primeiro forno de ânforas identificado em Portugal, o de São Bartolomeu de Castro Marim, identificado no final do século XIX por José Leite de Vasconcelos, e a nossa «revisitação» às ânforas daí provenientes. Que melhor tema poderíamos escolher para o homenagear, do que trazer a este volume a relação do fundador do Museu Nacional de Arqueologia com as ânforas da Lusitânia romana? E ainda desvendar um mistério centenário!

## 1. INTRODUÇÃO

O sítio de Olhos, de São Bartolomeu de Castro Marim (Figura 1), onde se localizou e escavou a primeira olaria romana em Portugal, é dos casos mais emblemáticos da «arqueologia da produção» do período romano, um paradigma da investigação dos estudos anfóricos no contexto da Lusitânia e da Hispânia romana. É também, porventura, um dos maiores paradoxos e (quase) «ilustres desconhecidos» no contexto peninsular, porquanto pouco mais se avançou na investigação e conhecimento da sua produção anfórica desde o remoto momento da sua identificação aos dias de hoje.

Foi da sua escavação por J. L. de Vasconcelos, em finais do século XIX, que foram dados a conhecer com grande detalhe os registos gráficos do forno e uma primeira ilustração de algumas ânforas encontradas num depósito próximo do mesmo, pelo que se depreendeu serem as formas do *instrumentum domesticum* aí produzidas. Desta feita, o fundador e primeiro director do Museu Nacional de Arqueologia inscreveu São Bartolomeu de Castro Marim no mapa dos estudos da cerâmica romana, ao mesmo tempo que projetou a área meridional da Lusitânia (o actual Algarve) no mapa das regiões produtoras conhecidas no ocidente da Península



FIG. 1. Localização do sítio de São Bartolomeu de Castro Marim na Península Ibérica e na província romana da Lusitânia.

Ibérica e como um dos focos de origem das ânforas «embaixadoras» do comércio, a larga escala, das salgas de peixe produzidas em âmbito romano na Lusitânia.

Com este trabalho foi possível recuperar, na íntegra, a colecção original trazida para o Museu por José Leite de Vasconcelos, num total de 12 ânforas, de que anteriormente apenas se identificavam 10. Além dos novos dados que foi possível recolher acerca da descoberta do sítio de Olhos de São Bartolomeu de Castro Marim, com documentos inéditos recuperados nos arquivos do MNA, analisaram-se de forma exaustiva todas as questões ligadas à morfologia particular que esta ânfora apresenta, aspectos que ganham expressão com o registo mais rigoroso realizado nesta ocasião (gráfico e fotográfico)<sup>4</sup>.

Noutra linha de pesquisa, e por estarmos perante exemplares num excepcional estado de conservação – trata-se de exemplares completos ou quase completos, apenas com ligeiras falhas nalguns casos – procedemos à pesagem das peças e ainda, em três delas, ao cálculo da sua capacidade. Neste último caso, além de nos basearmos no registo gráfico rigoroso com recurso a software 3D, procedemos também ao cálculo tendo por base o enchimento das ânforas com esferas de poliestireno, comparando posteriormente o resultado obtido.

A discussão sobre a forma como se integrou esta produção algarvia no quadro da produção anfórica da Lusitânia, particularmente as dos Vales do Sado e do Tejo, e da vizinha província da Bética, constituiu outra das linhas de abordagem que se quis desenvolver.

## 2. HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES NO LOCAL DE SÃO BARTOLOMEU DE CASTRO MARIM E CONTRIBUTO PARA A BIOGRAFIA DOS OBJECTOS: A DESCOBERTA

As primeiras referências ao local de São Bartolomeu de Castro Marim<sup>5</sup> que a História da Arqueologia em Portugal regista são da autoria de Estácio da Veiga, em inventários manuscritos da sua colecção, destinados a constituir o *Museu Archeológico do Algarve* (Veiga, 1877-8: 54/105 e 55/106), conservados no MNA. Está assinalado na *Carta Archeologica do Algarve*, no Mapa Geral, com a indicação de local onde apareceram «objectos reunidos» (Veiga, 1910; Santos, 1972: 351). Sem todavia identificar que se trata de um forno de ânforas<sup>6</sup>, o seu conhecimento do sítio é-nos confirmado anos mais tarde pela ficha de inventário do Museu Nacional de Arqueologia realizada por Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos, então funcionária da instituição e bisneta do arqueólogo algarvio, onde informa, em ficha elaborada em 25 de Setembro de 1975, que «em 1877 durante o reconhecimento das Antiguidades do Algarve, Estácio da Veiga sondou este local e recolheu vários materiais romanos, sobretudo materiais de construção e pedaços de ânfora», dando também nota de um grafito «(...)QUI LEGIT» num imbrex (n.º Inv. 14964), mas também uma tégula (n.º Inv. 14963 A) com marca de oleiro «(...) [U]NIORUM» e um fragmento de tijolo (n.º Inv. 14963 B), tudo recolhidas datadas de 1877<sup>7</sup>.

<sup>4</sup> Apresentamos os nossos sinceros agradecimentos a Helena Figueiredo que realizou os desenhos das ânforas, a José Paulo Ruas que as fotografou, a Luísa Guerreiro e a Luís Filipe Antunes por todo o apoio, sempre, e ainda a Raquel Lázaro e Ana Margarida Simão.

<sup>5</sup> No MNA este sítio arqueológico está registado com o código de sítio MNA-220 e na base de dados ENDOVÉLICO com o código 1214 (acessível através do Portal do Arqueólogo).

<sup>6</sup> A este respeito importa referir que Estácio da Veiga nas suas *Antiguidades Monumentais do Algarve* refere-se também ao sítio do Martinhal que sabemos hoje foi o mais importante centro oleiro romano do Algarve (Bernardes *et al.* 2013). Embora também não identifique o sítio como um forno de ânforas indica que «É mui provável que os edifícios do Murtinhal representem uma fabrica de material de construção de barro cozido e ao mesmo tempo uma prospera colonia agrícola» (Veiga 1910: 211). Do mesmo modo, são escassas as recolhidas de ânforas que faz, limitando-se a exemplares quase completos ou a outros que apresentassem marca de oleiro.

<sup>7</sup> Estas duas marcas embora desenhadas, inventariadas e, num caso, publicada desde 1896, não foram identificadas no Museu, no momento em que redigimos este artigo.

Mas o seu verdadeiro «descobrimento» ocorre apenas uma década mais tarde. O Museu Etnográfico Português tinha sido criado há escassos 3 anos, quando José Leite de Vasconcelos partiu na véspera de Natal de 1896 para empreender escavações arqueológicas no lugar de «Olhos», em São Bartolomeu de Castro Marim (Vasconcelos, 1915: 318).

A «pista» tinha-lhe sido dada pelo «seu amigo sincero» Francisco Silvestre de Sousa Rocha, numismata amador, que o informou que naquele local tinham aparecido «amphoras romanas inteiras» (Vasconcelos, 1898: 329-336, com 4 ilustrações). A amizade que ligava o Director do Museu ao informante e o súbito falecimento deste, levou a que Vasconcelos lhe dedicasse uma página de reconhecimento no artigo.

Não sabemos se a notícia que é dada a José Leite de Vasconcelos, por Francisco Silvestre de Sousa Rocha, foi transmitida unicamente pela carta datada de 4 de Fevereiro de 1895 e que se conserva no epistolário do fundador no Arquivo Histórico do Museu com o número de espécie 19942 (Figura 2). O que sabemos, é que nesta carta lhe dá a notícia de ter feito a aquisição de um grande vaso de barro com uma asa, encontrado no lugar de Olhos, ao qual faltava uma segunda asa, que desenha em miniatura em papel e apensou na carta atribuindo-lhe as seguintes dimensões 0,94 de altura por 0,87 de comprimento. Uma ânfora, portanto! Transcreve-se o documento:

*«Exm<sup>o</sup> Senhor  
Recebi hontem o bilhete postal de V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> que muito agradeço.  
Não faço questão de tempo no exame das moedas, sendo para mim sempre um grande favor.  
Remetto 16 moedas para V. Ex<sup>a</sup> se dignar dispensar-me a fineza de as examinar, parece-me que são 2 arabes.  
Hontem adquiri um vaso de barro que foi encontrado num hortejo no sitio dos Olhos de São Bartholomeu de Castro Marim bastante interessante para mim, podendo não ter merecimento.  
É pouco mais ou menos o que vai indicado n'esse papelinho. Pegado ao barro do vaso esta alguma terra com algumas pedrinhas perfeitamente petrificado, é pena faltar-lhe uma asa.  
Recebi o n<sup>o</sup> 1 do archeologo que agradeço e sera pago a assinatura d'um anno logo que se proceda à cobrança.  
Muito me obsequieia V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> dignando-se fazer-me a descrição do vaso indicado.  
Castro Marim 4 de Fevereiro de 1895  
De V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>  
Att. Vosso C[ordial] A[migo]  
Francisco Silvestre de Sousa Rocha»*

Na revista *O Archeologo Português*, criada em 1895, publica em 1898 o director do Museu, uma notícia muito completa, no seu estilo inconfundível:

- Fixa o informante. Este facto, absolutamente comum na produção científica de José Leite de Vasconcelos; é essencial para o trabalho contemporâneo de reconstituição e caracterização das redes de conhecimento, que são uma das suas marcas na produção científica e na recolha de bens para o Museu;
- Descreve o local com detalhe e pontos de referência, bem como o acesso;
- Descreve o forno, ilustrado com cuidada planta e dois detalhados cortes, arrumando toda a informação entre «a fornalha» e a «câmara de cozedura»;

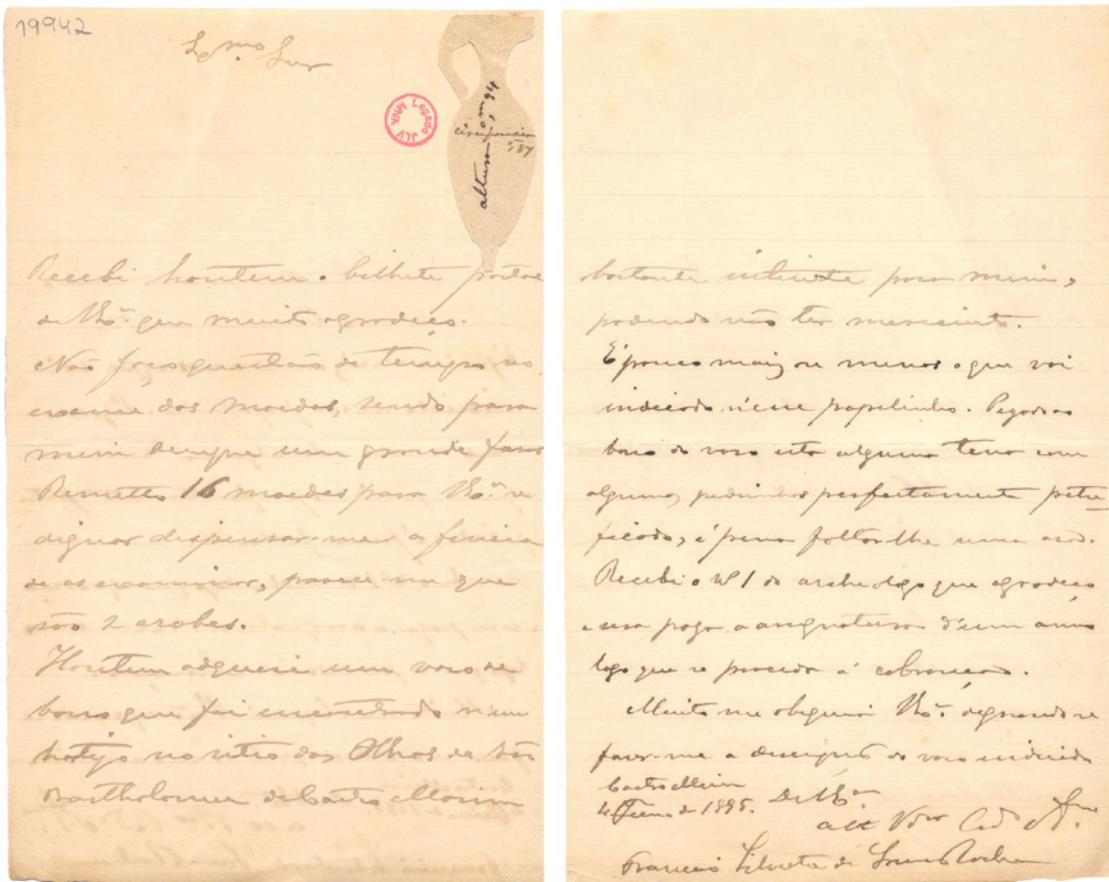


FIG. 2. Carta de Francisco Silvestre de Sousa Rocha para José Leite de Vasconcelos com a referência ao sítio de São Bartolomeu de Castro Marim, em 4 de Fevereiro de 1895 (doc. 19942 – Legado de José Leite de Vasconcelos, Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia).

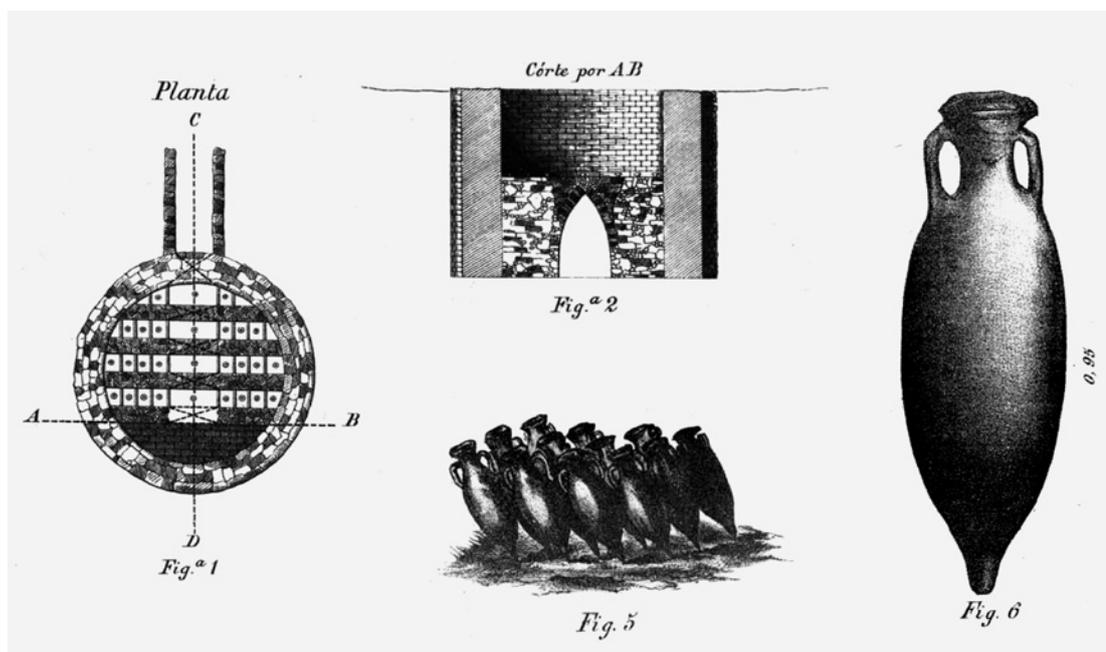


FIG. 3. O forno, o depósito das ânforas e uma das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim (segundo Vasconcelos 1898, modificado).

- Descreve o «Depósito das âmforas» e, apresenta, não apenas o desenho de um grupo de 12 ânforas completas, como fragmentos de outras e material de construção. Apresenta ainda o grafito, mas não a marca, recolhido por Estácio da Veiga e gravado num fragmento de *imbrex* «(...)QUI LEGIT», lido por E. Hubner (CIL III, n.º 6255, 7: 1011);
- Produz «Considerações geraes» em torno do significado da descoberta e informa-nos que recolheu 12 ânforas para o Museu, entretanto renomeado de Etnológico Português. Absolutamente decisivo neste artigo é, não apenas o minucioso relato, mas o facto do desenho identificado como «Fig. 5» apresentar, efectivamente, 12 ânforas (Vasconcelos, 1898) (Figura 3).

Mais tarde, novamente no *O Arqueólogo Português*, no habitual capítulo dedicado às aquisições no Museu Etnológico Português, dá-se nota que «O Director obteve em Abril de 1913, numa exploração que fez, uma ânfora romana da olaria de Castro-Marim» a que corresponde o registo no livro de entradas E. 4887 (Vasconcelos, 1919-20: 242). Trata-se, certamente, de um registo tardio relativo a uma das ânforas recolhidas em 1896, mas não se logrou detectar no presente esse número de marcação em nenhuma das ânforas do conjunto.

Depois da sua «descoberta» e divulgação à comunidade científica, o sítio arqueológico passou a constar dos manuais e a ser referência obrigatória, sendo naturalmente referido na obra de síntese «História de Portugal» de Damião Peres, em texto sobre a «Herança Romana» assinado por Virgílio Correia (Correia, 1928: 288), que foi Conservador do Museu durante a direcção de José Leite de Vasconcelos.

Quase meio século após este, na sua obra em dois volumes «Arqueologia Romana do Algarve», Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos consagra uma entrada a este importante sítio arqueológico, resumindo os trabalhos do fundador do Museu e republicando os desenhos (Santos, 1972: 351-356). Contudo, nesta entrada da sua obra monográfica, que nada pôde naturalmente trazer de novo pois não houve escavações arqueológicas no local, há um pormenor muito curioso a assinalar: a figura n.º 350-A parece reproduzir o desenho de J.L. de Vasconcelos. Numa observação mais atenta, percebe-se que não é o mesmo desenho da Fig. 5 da publicação do antigo Director do Museu e já citada *supra*; a ilustração foi refeita e foram excluídas, de forma explícita, duas ânforas, quiçá para fazer corresponder o desenho com os exemplares que se reconheciam no acervo do Museu: uma no 2.º enfiamento e outra no 3.º enfiamento, a contar da esquerda (Figura 4). Todavia no texto refere-se às 12 ânforas, sem discutir a incongruência entre o número original e a opção por um desenho que parecendo o original de Vasconcelos, não o é.

Este facto significa, talvez, que quando a autora redigiu a dissertação para a licenciatura em Ciências Históricas na Faculdade de Letras de Lisboa no final dos anos 60, início dos anos 70, no Museu apenas encontrou 10 ânforas e, talvez por esse facto, refez o desenho onde aparecem 10 ânforas e apenas parte de silhueta de outra no 2.º enfiamento.



**FIG. 4.** Desenho do depósito de ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, refeito e republicado por M. L. E. V. A. dos Santos em que duas ânforas são «removidas» face à ilustração original (1972, fig. 350-A).

O forno de São Bartolomeu de Castro Marim foi durante muitas décadas um caso singular, pelo que é referência única a locais de produção anfórica no Algarve no livro *Portugal Romano* de Jorge de Alarcão (1973: 135).

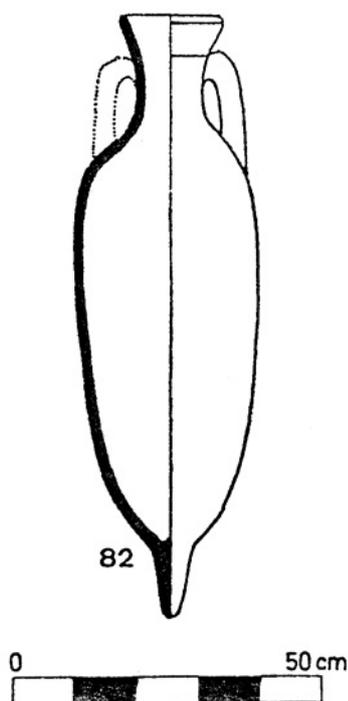
Dos trabalhos que se seguiram, de que se destaca o estudo realizado por M. Maia também nos anos 70 do século xx (Maia, 1979), e sobre as inúmeras referências ao conjunto de ânforas e ao sítio daremos nota mais detalhada adiante. De referir ainda, que além da intervenção de Leite de Vasconcelos, todos os materiais que entretanto foram obtidos no sítio, resultam de recolhas de superfície, pois não houve escavações no local.

Só muito recentemente, na sequência de terraplanagens não autorizadas em 2019 por parte de um particular que quase destruiu o forno, se voltou a realizar uma intervenção arqueológica no sítio. Desta feita, estas destruições suscitaram trabalhos de emergência no local sob direcção de Eliana Correia e Francisco Rosa Correia (2019)<sup>8</sup>. Nesta intervenção, de que se dispõe apenas de algumas notícias na imprensa e o respectivo relatório, terá sido localizado o forno (a parte correspondente à grelha), além de diversos fragmentos de ânforas de que se destaca um novo espécime da marca de oleiro LFT (Correia e Correia, 2019), idêntica à publicada por M. Maia, e recentemente revista (Fabião *et al.*, 2016).

### 3. HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS ÂNFORAS DE SÃO BARTOLOMEU DE CASTRO MARIM

Só bastantes anos mais tarde depois da publicação do seu achado por parte de J. L. de Vasconcelos, concretamente em 1970, no trabalho colossal de M. Beltrán Lloris sobre *Las ánforas romanas en España* (1970), é que se voltaria a fazer uma referência específica às ânforas de São Bartolomeu de

Castro Marim na literatura especializada. Infelizmente, não foi pelos melhores motivos, e em certa medida M. Beltrán acabou por contribuir para projectar maior incerteza na investigação futura no cenário da divulgação internacional. Beltrán apresentou a forma de «*San Bartolomé de Castro-Marín*» como uma variante da sua Forma I (formas 7 a 11 de H. Dressel), atribuindo-lhe, por paralelismo com outras morfologias, uma datação em torno aos decénios da metade do século I d.C. (Beltrán Lloris, 1970: 405-406 e fig. 164, 82), excluindo-a da sua forma IV, na qual inclui o tipo Dressel 14 (Figura 5).



**FIG. 5.** Desenho de ânfora de São Bartolomeu de Castro Marim, publicado por M. Beltrán Lloris (1970: fig. 164, 82), à esquerda, e foto de ânfora de São Bartolomeu de Castro Marim do MNA publicada por A. J. Parker (1977: fig. 9), à direita.

<sup>8</sup> De referir ainda que o alerta para a movimentação de terras no local foi dado por Jenny Compton, da Associação Arqueológica do Algarve. Agradecemos a confirmação desta informação a J. P. Bernardes.

Posteriormente, em 1974, no colóquio *Méthodes classiques et méthodes formelles dans l'étude typologique des amphores*, Antony J. Parker abordou as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim no contexto da sua sistematização sobre a produção de ânforas romanas na Lusitânia. O autor inglês apontou algumas singularidades destas ânforas que denominou «em forma de salsicha» (*sausage-shaped amphoras*), e tal como o investigador espanhol, também Parker não as relacionou com as Dressel 14/Beltrán IV de produção lusitana, nem as enquadró em nenhuma das 5 variantes que propôs para este tipo (Figura 5). No entanto, na sua óptica considerava que estas ânforas se distinguem de outros tipos béticos e lusitanos, sendo facilmente reconhecíveis pelo seu acabamento tosco e rude, contrastando com o das produções béticas, e pelo seu tamanho reduzido e «achatado» (Parker, 1977: 37-39).

Apenas dois anos após a publicação do colóquio de Roma e do artigo do investigador britânico, em 1979 Manuel Maia decidiu dar à estampa um artigo em que publicou o conjunto das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim trazido para o MNAE por J. L. de Vasconcelos. Em palavras que então proferiu, era «(...) da maior utilidade identificar e publicar estas ânforas para que os arqueólogos e historiadores da Antiguidade possam ter uma ideia um pouco mais clara das relações comerciais do Sul da Lusitânia com o resto do Império». Ao mesmo tempo, sem referir o trabalho de A. J. Parker (ou mesmo não tendo dele conhecimento...), M. Maia propôs-se a clarificar o que considerava ser um equívoco produzido por M. Beltrán Lloris<sup>9</sup> (Maia, 1979).

Nessa publicação, M. Maia propôs-se «recuperar», estudar e caracterizar detalhadamente as ânforas, pois só assim se poderia reconhecer e dar o devido valor a esses materiais e a esse importante local do algarve romano que parecia ter caído no esquecimento da comunidade científica portuguesa, já que «(...) Após a morte de José Leite de Vasconcelos ninguém mais em Portugal se dedicou a este tipo de objectos cerâmicos que passaram a ser considerados como materiais de categoria inferior. As próprias 12 ânforas recolhidas por aquele arqueólogo perderam-se no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia e, por não estarem inventariadas nem marcadas, ninguém dentro do Museu era capaz de as identificar » (Maia, 1979: 141).

M. Maia republicou o desenho do depósito de J. L. de Vasconcelos (e não a versão mais recente de Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos) e só conseguiu «descobrir» e relocalizar nas Reservas do MNA, 10 das 12 ânforas que foram trazidas para o Museu pelo seu primeiro director em 1896; apresentou ainda vários outros fragmentos atribuíveis a ânforas do mesmo tipo de produção local, concretamente dois bordos, uma asa e um colo com a marca LFT, até aí desconhecida (Maia, 1979: Estampas IV e VI)<sup>10</sup>. Contudo, sobre a origem destes últimos o artigo é omissivo. Não existe qualquer referência que enquadre ou explicita de forma objectiva qual o seu contexto de recolha. De facto, para além da sua entrada em catálogo, em nenhum momento do artigo é feita menção a esses fragmentos, pelo que não é possível saber se fariam parte de materiais depositados no MNA resultantes da «(...) recolha de outros fragmentos que, não possuindo qualquer tipo de marca, foram, porém considerados como materiais arqueológicos de maior interesse (...)» e por isso recolhidos por J. L. de Vasconcelos (para além das ânforas inteiras), ou se do conjunto de fragmentos que M. Maia recolheu em visitas que realizou ao local, que lhe «(...) permitiram uma segura identificação destas ânforas (...)» [entenda-se, as produzidas no local] (Maia 1979: 141-142). É, no entanto, muito

<sup>9</sup> Manuel Maia refere que o desenho do exemplar publicado por M. Beltrán Lloris não se parece com nenhum dos exemplares de São Bartolomeu de Castro Marim, sendo o exemplar em questão mais próximo dos tipos de Pascual Guasch (Maia, 1979: 142).

<sup>10</sup> O autor poderia ter certamente conhecimento da já referida ficha do Museu elaborada por Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos Santos em 25 de Setembro de 1975, a que já aludimos *supra*, onde registou 10 das ânforas recolhidas em 1896, além do grafito «(...)QUI LEGIT» num imbrex, uma tegula com marca de oleiro «(...) [U]NIORUM» e o fragmento de tijolo, tudo recolhidas datadas de 1877; contudo, nada refere, muito provavelmente por estes não dizerem respeito à produção das ânforas propriamente ditas, que eram o seu objecto de estudo.

estranho que o olhar atento de José Leite de Vasconcelos deixasse de reparar e referir a marca se a tivesse visto, pelo que deve ter sido recolhida posteriormente por M. Maia.

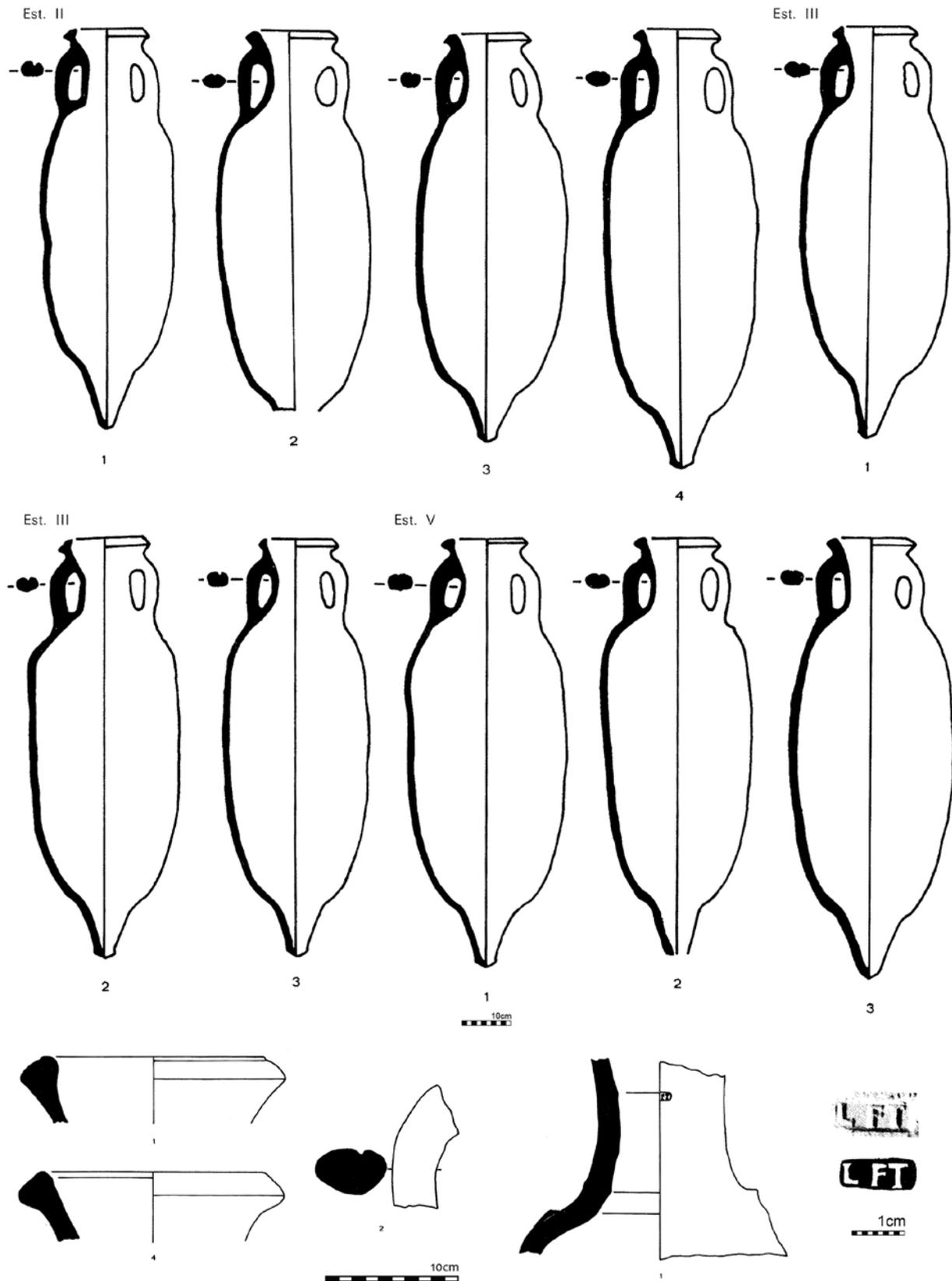
Consciente da importância de uma boa descrição morfométrica, não só para a caracterização da produção regional desse tipo, mas também como ferramenta de base para a sua posterior identificação e rastreio em contextos de consumo na Lusitânia e mais além desta província romana, este investigador elencou e descreveu como principais características dessas ânforas as seguintes:

- Corpo oval com um comprimento total oscilando entre os 84 e os 98 cm e largura média entre 30-31 cm, com espessura das paredes em torno a 1,6 cm;
- Boca alargada definida por um lábio bem marcado, assente sobre um colo ligeiramente troncocónico;
- Asas curtas e grossas, de secção oval, com uma forte estria longitudinal;
- Bico oco e cónico que termina num botão muito característico;
- Peso médio de 20 kg;
- Capacidade de cerca de 35 l;
- Fabrico pouco cuidado, com os «corpos empenados», por vezes com um grande estrangulamento no meio da pança, e com as asas assimétricas (Maia, 1979: 142).

Em termos tipológicos, M. Maia chamou também a atenção para a dificuldade de «correspondência perfeita» entre as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim e as formas das tipologias de referência. De facto, segundo M. Maia, o que melhor definia essas ânforas era a «mistura» de elementos e atributos (bordo, colo e asas, corpo, ligação deste com o fundo e o fundo *per si*), próprios de vários tipos representados na tabela tipológica de Dressel ou nas formas propostas por M. Beltrán Lloris (1970) na sua (então) recente tipologia (Maia, 1979: 142). Assim, apesar do fundo revelar afinidades com a Dressel 14/Beltrán IV, e do carácter genérico que M. Maia conferiu à forma I de Beltrán (tipos 7 a 11 de Dressel), acabou por considerar que aí deveriam ser integradas as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, admitindo simultaneamente uma cronologia entre o século I e os inícios do II d.C. para as mesmas (Maia, 1979: 143) (Figura 6).

Esta proposta parece não ter sido acolhida nem na investigação portuguesa, nem na internacional, já que em 1988, quando das *Jornadas de Estudo sobre as Ânforas Lusitanas* realizadas no Museu Monográfico de Conímbriga, as opiniões e o estado da arte então dominante eram bem diferentes. Considerou-se incontestável que era às Dressel 14 de produção lusitana (Dressel 14b na proposta de A. J. Parker de 1977) que deveriam ser atribuídas as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim. Apesar da multiplicidade de variantes/subtipos avançados anos antes pelo investigador inglês para o tipo Dressel 14 carecer de dados mais sólidos, era necessário integrar nele as formas de produção algarvia (com alturas totais inferiores a 100 cm, na média dos 95 cm, e bicos fundeiros mais curtos), ao mesmo tempo que era forçoso diferenciá-las das produzidas nos Vales do Tejo e do Sado (formas com uma altura média de 100-110 cm, bicos fundeiros mais alongados, ou com bocais e colos mais estreitos associados a perfis de bordos menos marcados, corpos de perfil sinuoso e maior diâmetro na parte inferior) (Mayet, 1990: 30; Fabião e Carvalho, 1990: 47).

A este relativo consenso, no que dizia respeito ao seu enquadramento geral no cenário da produção lusitana, pouco ou nada se adiantou relativamente às particularidades da sua morfologia, possíveis protótipos e/ou cronologia. Ainda assim, não deixa de ser interessante a descrição realizada no artigo de F. J. S. Alves (Director do MNA, entre 1980 e 1996), A. M. D. Diogo e F. Reiner, a propósito de um conjunto de fragmentos recolhido à superfície, que acrescenta alguns detalhes ao conhecimento destas ânforas. Quanto ao fabrico, descrevem como sendo uma pasta de tonalidades alaranjadas e rosadas, branda, de aspecto folheado e relativamente pouco arenosa, com quartzos



**FIG. 6.** Ânforas completas do depósito e outros fragmentos de São Bartolomeu de Castro Marim publicados por M. Maia (segundo Maia, 1979, modificado).

hialinos e leitosos; quanto à forma, classificam-na como uma Dressel 14 de «(...) variante regional muito característica: com o lábio de secção triangular, muito saliente e as asas, de fita e bilobadas por um sulco na face superior, mas de pequena altura, devido ao colo anormalmente curto para o tipo (...)» (Alves, Diogo e Reiner, 1990: 194).

Também D. P. S. Peacock e D. F. Williams seguiram a proposta de A. J. Parker, incluindo a produção lusitana da Dressel 14 na sua Classe 21 (a Dressel 14b na proposta de A. J. Parker de 1977), mas desta feita considerando aqui a produção algarvia de São Bartolomeu de Castro Marim. Não só deram especial relevo à sua caracterização petrográfica, como plasmaram este fabrico como o típico da forma de produção lusitana (Peacock e Williams, 1986: 128-129), revelando uma incompreensão do tema concreto, bem como da problemática das realidades regionais e da bibliografia portuguesa (Fabião e Carvalho, 1990: 47).

A exploração dos recursos marinhos foi particularmente intensa no Sul da Lusitânia e J. C. Edmonson, na sua obra *Mining and Garum in Roman Lusitania*, aponta para que a produção de preparados piscícolas no Algarve tenha adquirido contornos que a diferenciam do que sucedeu no Vale do Tejo e Sado, defendendo que correspondiam a actividades subsidiárias das explorações agrícolas (Edmonson, 1984: 135). Se é verdade que esta realidade se pode observar nalguns pontos da costa algarvia, no caso de São Bartolomeu de Castro Marim não estão documentados vestígios que permitam apontar para uma unidade do tipo *villa* neste local.

Alguns anos mais tarde, no catálogo da exposição *Portugal Romano. A exploração dos Recursos Naturais*, C. Fabião associa o arranque da produção de São Bartolomeu de Castro Marim com a manufatura dessas «Dressel 14 tardias». Paralelamente, coloca em cima da mesa a questão de, à data, e em função dos dados então disponíveis, sobretudo para o território espanhol, não se poder aferir se o seu fabrico se deveu a «(...) uma continuada influência das tradições andaluzas ou se, pelo contrário, documenta a expansão para sul das práticas lusitanas (...)» (Fabião, 1997: 41). Seria a primeira vez que a Dressel 14 de São Bartolomeu estaria conotada com o epíteto tipológico, com significado cronológico, de «tardio».

Já nos inícios do século XXI, novas obras de síntese voltam a abordar as produções de Castro Marim e as Dressel 14 lusitanas, integrando também a produção de preparados piscícolas que lhes está naturalmente associada. L. Lagóstena Barrios, na sua síntese sobre *La producción de salsa y conservas de pescado en la Hispania romana (II a.C.-VI d.C.)* ao referir-se aos contextos de produção algarvios, não deixa de mencionar São Bartolomeu, acusando a dificuldade de classificação das ânforas daí provenientes ainda que as considere «(...) claramente emparentadas con la familia salsaria Dressel 7-11 y Dressel 14 (...)» (Lagóstena Barrios, 1991: 91). Resume que se «(...) fabricaran ânforas salsarias, al menos en dos fases cuya continuidad se desconoce: una altoimperial, con la Dressel 14 similis, quizás en la segunda mitad de la I centuria o principios de la II; y otra tardorromana, con formas Almagro 50 y 51, propias de la V centuria d.C. (...)» (Lagóstena Barrios, 1991: 91).

R. Etiénne e F. Mayet, no seu estudo monográfico de fundo e transversal sobre as *Salaisons et sauces de poisson hispaniques* (2002), referem apenas que a produção algarvia se distingue com facilidade, quer em termos morfológicos, quer em termos petrográficos, das produções dos Vales do Tejo e do Sado. Por sua vez, numa detalhada síntese para os centros oleiros da Lusitânia, C. Fabião (2004) reitera a sua leitura anterior para a olaria de São Bartolomeu de Castro Marim, mas em certa medida pendendo mais para uma «conexão bética», quando afirma que esta olaria deverá ter funcionado desde o Alto Império, eventualmente desde o século I d.C. (Fabião, 2004: 404), dado que as ânforas mais antigas daí conhecidas «(...) patenteiam afinidades con as produções béticas dessa época (...)» e que são genericamente enquadráveis nas Dressel 14 «(...) ainda que registem uma menor dimensão do conjunto colo/asas e apresentem um ombro bem marcado (...)» (Fabião, 2004: 401).

Para além destas tentativas em avançar algo mais na caracterização dos quadros formal e produtivo das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, vários foram os esforços para a

caracterização dos seus fabricos, embora pouco ou nada coordenados nem obedecendo a objectivos convergentes. Anteriormente, durante os anos 90 e no contexto do projecto do Sado, terá havido, muito provavelmente, visitas ao local por parte da equipa luso-francesa, para o estudo comparativo entre as várias produções lusitanas e as do Sado. No entanto, a equipa recorreu aos materiais anteriormente publicados por Alves, Diogo e Reiner para estabelecer a base da caracterização petrográfica com recurso a lâmina delgada apresentada por A. Schmitt em *Les amphores du Sado* (Mayet, Schmitt e Silva, 1996)<sup>11</sup>.

A caracterização química das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, foi igualmente feita por parte da equipa do ITN. As amostras foram obtidas, no início deste século, por um dos signatários deste artigo (AC), em articulação com Ana Margarida Arruda, tendo-se recolhido diferentes fragmentos de ânforas no local do forno que permitiram a realização de análises por activação de neutrões, sendo a composição mineralógica obtida por difracção de Raio X (Dias e Prudêncio, 2016). Estas análises constituíram a base de estudo comparativo posteriormente utilizado para a identificação de materiais provenientes de diferentes centros de consumo da Lusitânia (Dias e Prudêncio, 2016).

Pouco tempo depois, a propósito das origens da produção anfórica lusitana e dos primeiros tipos de ânforas romanos produzidos nesta província, R. Morais e C. Fabião (2007) assinalam que «(...) talvez não faça sentido continuar a procurar integrar as ânforas ali fabricadas no tipo Dressel 14, ainda que assinalando a sua singularidade (...)», fazendo mais sentido retomar a proposta inicial de M. Beltrán Lloris de incluir as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim em relação com o grupo de tipos Dressel 7 a 11/Beltrán I (Beltrán Lloris, 1970: 400-405) – hipótese por muitos rebatida – por maior afinidade no que respeita a critérios formais e eventual âmbito cronológico (Morais e Fabião, 2007: 131). Neste sentido – o da relativa maior antiguidade – consideram que concorre também a existência da marca com *tria nomina* (LFT) associada a este fabrico (Maia, 1979; Fabião e Guerra, 2004; Fabião *et al.*, 2016: 112).

Em nova síntese sobre as ânforas da Lusitânia, publicada em 2008, C. Fabião aponta que as Dressel 14 de Castro Marim têm uma morfologia geral muito aproximada a algumas das produções análogas da vizinha Bética, mas diferindo um pouco pelo menor tamanho total e por apresentarem corpo com uma tendência mais ovóide (Fabião, 2008: 729). Assim, questões de maior precisão cronológica relativamente a estes detalhes morfológicos, de algum modo singulares, bem como os do período da sua respectiva produção – já que pelos materiais conhecidos não é possível extrair conclusões categóricas quanto ao momento exacto da laboração destes fornos (Fabião, 2008: 733) – apenas poderão ser esclarecidas com escavações futuras especificamente direccionadas para a sua resolução (Fabião, 2004; Morais e Fabião, 2007).

As produções anfóricas alto imperiais, são também objecto de abordagem no estudo realizado sobre o povoamento e economia do Algarve mas, desta vez, mais na perspectiva do consumo dos três núcleos urbanos algarve oriental: *Ossonoba*, *Balsa* e *Baesuri* (Viegas, 2011). Nessa ocasião, chamou-se a atenção para a escassez de consumo de ânforas lusitanas no alto império, face ao domínio dos produtos béticos, sobretudo marcados pela presença dos tipos Dressel 7/11 e Beltrán IIB. Curiosamente as produções locais, de que se havia dado conta em 2006 com o estudo sobre a Manta Rota, na sequência dos trabalhos de emergência de Cristina Tété Garcia, encontram-se aparentemente ausentes das cidades algarvias (Viegas, 2006).

<sup>11</sup> Nesta ocasião foi feita a caracterização petrográfica de um conjunto de amostras, provenientes não só dos locais de produção conhecidos no Sado, mas igualmente do estuário do Tejo e ainda de três sítios algarvios: Martinhal, Quinta do Lago e São Bartolomeu de Castro Marim (Mayet, Schmitt e Silva, 1996). As ânforas de Castro Marim descritas são do tipo Almagro 51c, mas é muito provável que as suas antecessoras utilizassem as mesmas argilas.

Em data mais recente, nas fichas tipológicas realizadas no quadro do projecto *Amphorae Ex Hispania*, as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim voltam a ganhar destaque, sendo retratadas como as Dressel 14 da Lusitânia meridional, com particularidades próprias. Chama-se a atenção para as especificidades das ânforas de Castro Marim e das da Manta Rota, os dois sítios algarvios onde se conhece a sua produção, particularmente os colos e asas mais curtos (Viegas, 2016). Assinala-se a ausência dos exemplares mais antigos da produção lusitana e reproduz-se a expressão de «Dressel 14 tardia» que, entretanto, se difundira para apelidar esta morfologia específica das Dressel 14 sobretudo de São Bartolomeu de Castro Marim.

Na mesma linha concorre a síntese realizada sobre a produção oleira algarvia, a produção alto imperial é exemplificada pelos centros de São Bartolomeu de Castro Marim e Manta Rota, referindo-se novamente os tipos Dressel 14 destes locais como pertencentes à «variante tardia» (Bernardes e Viegas, 2016).

#### 4. A (RE)ANÁLISE DAS ÂNFORAS DE SÃO BARTOLOMEU DE CASTRO MARIM

Para uma devida caracterização e reanálise das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim o trabalho passou, como não poderia deixar de ser, pela revisão dos dados primários.

Em primeiro lugar, pela localização e identificação nas reservas do MNA das ânforas completas e inventariadas como pertencentes a essa estação arqueológica, que seriam as provenientes do depósito perto do forno e que tinham sido trazidas para o Museu por J. L. de Vasconcellos, já que só a partir destas poderiam ser realizadas as tarefas pretendidas. Esta nova incursão e busca nas coleções do Museu permitiu reconhecer e realocar, finalmente, várias décadas depois, a totalidade dos 12 exemplares trazidos para o MNA, encerrando-se a falha aberta e plasmada nas publicações de Maria Luísa Estácio da Veiga e de Manuel Maia. O décimo primeiro e décimo segundo exemplares, não possuem atualmente nem bordo nem colo (e o primeiro destes dois nem fundo), mas ainda assim permitem algumas observações interessantes, como se poderá ver mais adiante.

A peça número 11 (MNA.997.2.11) tinha sido reconhecida há alguns anos e reinventariada com as outras 10 na campanha de inventário levada a cabo em 1997; a peça número 12 foi localizada no decurso da investigação levada a cabo para este estudo (tendo-lhe sido atribuído o n.º de inventário MNA.997.2.12). Tratava-se de um exemplar incorporado na Reserva de Ânforas do MNA até aqui com «proveniência desconhecida». Quando decidimos fazer uma busca mais sistemática neste acervo, a ânfora em questão chamou automaticamente a atenção: as suas medidas particulares, o seu fabrico tosco e deformado, bem como a sua pasta, tanto a composição petrográfica como umas características fissuras e concreções, delatavam-na como sendo proveniente do depósito de São Bartolomeu de Castro Marim.

Em segundo lugar, tornava-se imprescindível elaborar nova documentação gráfica do conjunto das ânforas completas de São Bartolomeu de Castro Marim e dar uma resposta cabal a todo o tipo de lacunas de informação sentidas. Após a confirmação de inventário, todos os exemplares foram hábil e detalhadamente desenhados no seu tamanho real por Helena Figueiredo/MNA com o auxílio dos signatários (RRA, CV), posteriormente revistos e passados vetorialmente (RRA), e as fotografias feitas com a qualidade a que nos tem habituado José Paulo Ruas/DGPC.

Não obstante as preocupações formais e tipológicas e o cuidado colocado ao nível da descrição das peças por parte de M. Maia (1979), o seu trabalho pecou pela fraca qualidade das ilustrações, aspecto que se revelaria da maior relevância na investigação realizada nas décadas subsequentes. De facto, resulta algo difícil entender esse menor rigor no desenho das ânforas no contexto dos meios técnicos disponíveis e do nível de qualidade gráfica alcançada e praticada na ilustração e

publicação científica em Portugal, já no final da década dos anos 70 do século xx. Os desenhos algo esquemáticos recordam os apresentados décadas antes por J. M. Mañá, quando da publicação da sua tipologia de ânforas púnicas (1951), ou dos tipos de ânfora descobertos por M. Almagro nas necrópoles de Ampúrias (1955). Tal como nestes, a forma simplificada, quase estilizada, dos desenhos das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, realizados por Manuel Maia, tornar-se-iam a referência e o elemento de comparação obrigatória até aos dias de hoje (Viegas 2016; Bernardes e



**FIG. 7.** Ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, MNA (desenhos e fotografias 2019-2021).



**FIG. 8.** Ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, MNA (desenhos e fotografias 2019-2021).

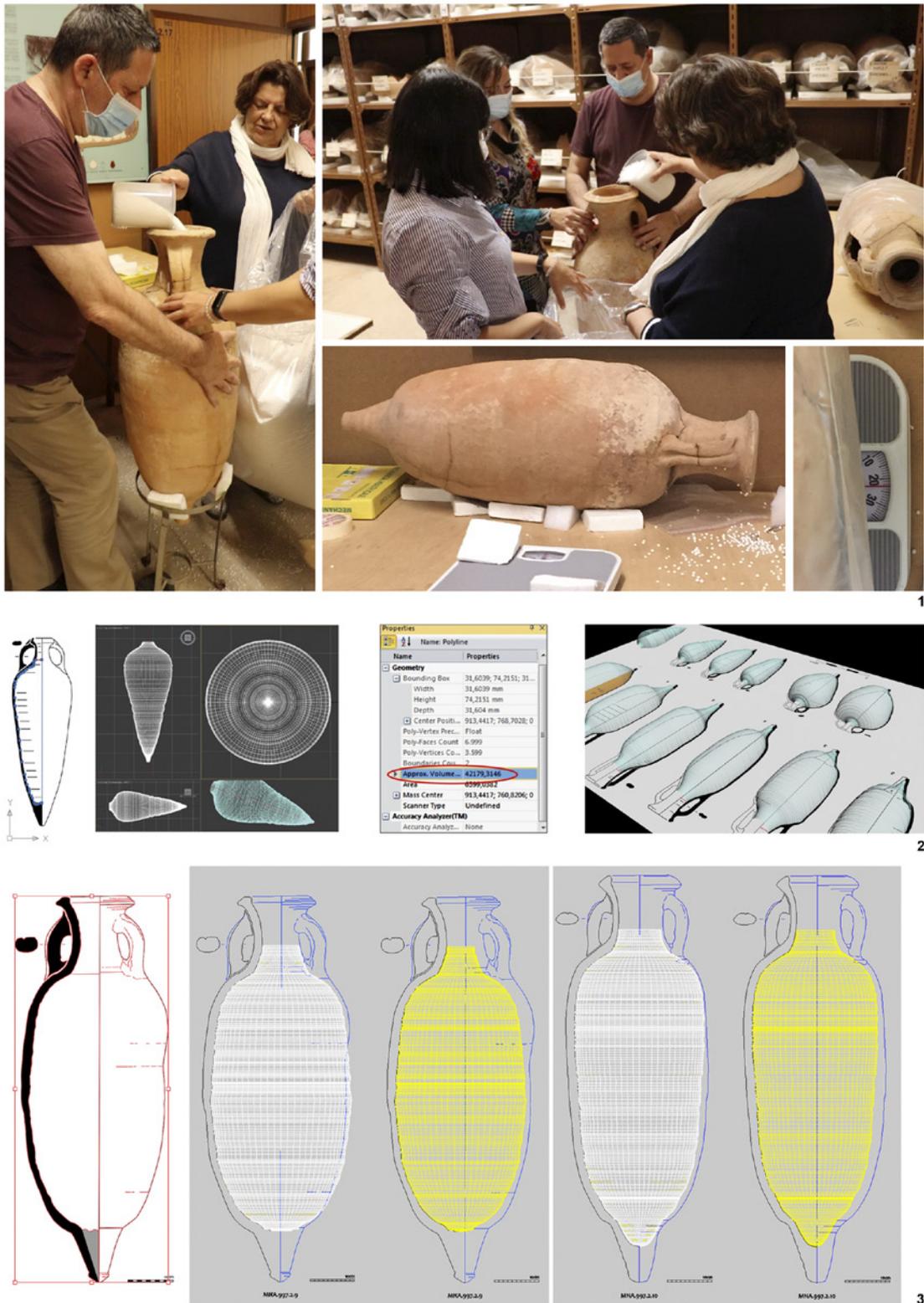
Viegas 2016). Assim, a tarefa de redocumentação gráfica foi, sem dúvida, uma das que assumiu maior importância neste estudo (Figuras 7-9).

Em terceiro e último lugar, as ânforas foram pesadas e medidas tendo em vista o cálculo da sua capacidade, com o propósito de afinar e/ou complementar os valores obtidos anteriormente por M. Maia. Embora este investigador tenha avançado valores médios para ambos parâmetros, não indica como chegou a esses resultados no decurso do seu estudo. Impunha-se confirmar.



**FIG. 9.** Ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, MNA (desenhos e fotografias 2019-2021). Destaque para os dois exemplares agora realocizados: MNA.997.2.11 e MNA.997.2.12.

Para aferir o peso das ânforas inteiras utilizou-se uma balança convencional, com 100kg de limite de carga; para as ânforas que não estavam inteiras mas que se encontravam completas (embora fragmentadas), pesaram-se separadamente todas as partes para obtenção do peso total; para as que não estavam completas pesou-se o existente e registou-se o inexistente, e em alguns casos foi mesmo possível estimar o peso final, através do peso médio do elemento em falta que se pôde medir previamente em outros exemplares (Figuras 10.1 e 12).



**FIG. 10.** 1) Pesagem das ânforas e medição de capacidade com esferas de poliestireno; 2) método desenvolvido para cálculo volumétrico digital (segundo Viegas, Fabião e Almeida, no prelo); 3) desenho vetorial da peça MNA.997.2.9 e correspondente cálculo volumétrico digital – original máximo (a branco) e valor médio ajustado (a amarelo).

Para determinar a(s) capacidade(s) das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, seleccionámos alguns exemplares completos que o permitiam, tendo também a preocupação e o objectivo de medir exemplares que apresentassem quer variação ao nível da forma e longitude máxima do corpo, quer deformações ou assimetrias em que os corpos se apresentassem bastante irregulares. Para o cálculo do volume interior e capacidade destas ânforas aplicámos diferentes métodos, de forma a confirmar ou infirmar os resultados obtidos. Assim, em 3 exemplares seleccionados, combinámos métodos de modelagem 3D – replicando o mesmo método que tivemos oportunidade de utilizar recentemente e com o qual obtivemos resultados de elevada fiabilidade (cf. Viegas, Fabião e Almeida, no prelo) – com métodos de medição tradicionais, através do seu enchimento com esferas de poliestireno. Realizaram-se primeiro os cálculos de volume digital (3D), só depois sendo confrontados com os de medição física tradicional (poliestireno) (Figuras 10 e 12).

O método desenvolvido que temos vindo a aplicar (conjuntamente com Francisco López Fraile) baseia-se no desenho do interior das peças em formato vetorial (usando Adobe Illustrator, CorelDraw ou AutoCAD), sendo posteriormente convertidos em 3Ds MAX e Rapidform Xor para obter modelos volumétricos 3D a partir da replicação do contorno numa malha entre 16 e 100 vezes (para menor ou maior fiabilidade, respectivamente); a partir desse modelo é possível calcular a capacidade interna (Figura 10.2).

Na aplicação prática deste método às ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, obteve-se um resultado particularmente interessante e revelador. Num primeiro momento, o modelo 3D para o cálculo da capacidade volumétrica foi feito a partir da dimensão máxima do perfil melhor conservado da peça (cf. Figura 10.3, modelos com malha volumétrica a branco). No entanto, as peças apresentam grandes diferenças ao nível do corpo, com fortes assimetrias de perfis e estando mesmo tortas relativamente ao seu eixo, e assim que se gerou o modelo foi imediatamente perceptível que este tinha uma dimensão muito superior à da ânfora, e como tal a sua capacidade seria inflacionada. Assim, considerou-se que seria necessário fazer um ajuste no seu eixo e realizar a modelação do sólido a partir do valor médio do perfil geral, minimizando-se os pontos sobredimensionados (cf. Figura 10.3, modelos com malha volumétrica a amarelo).

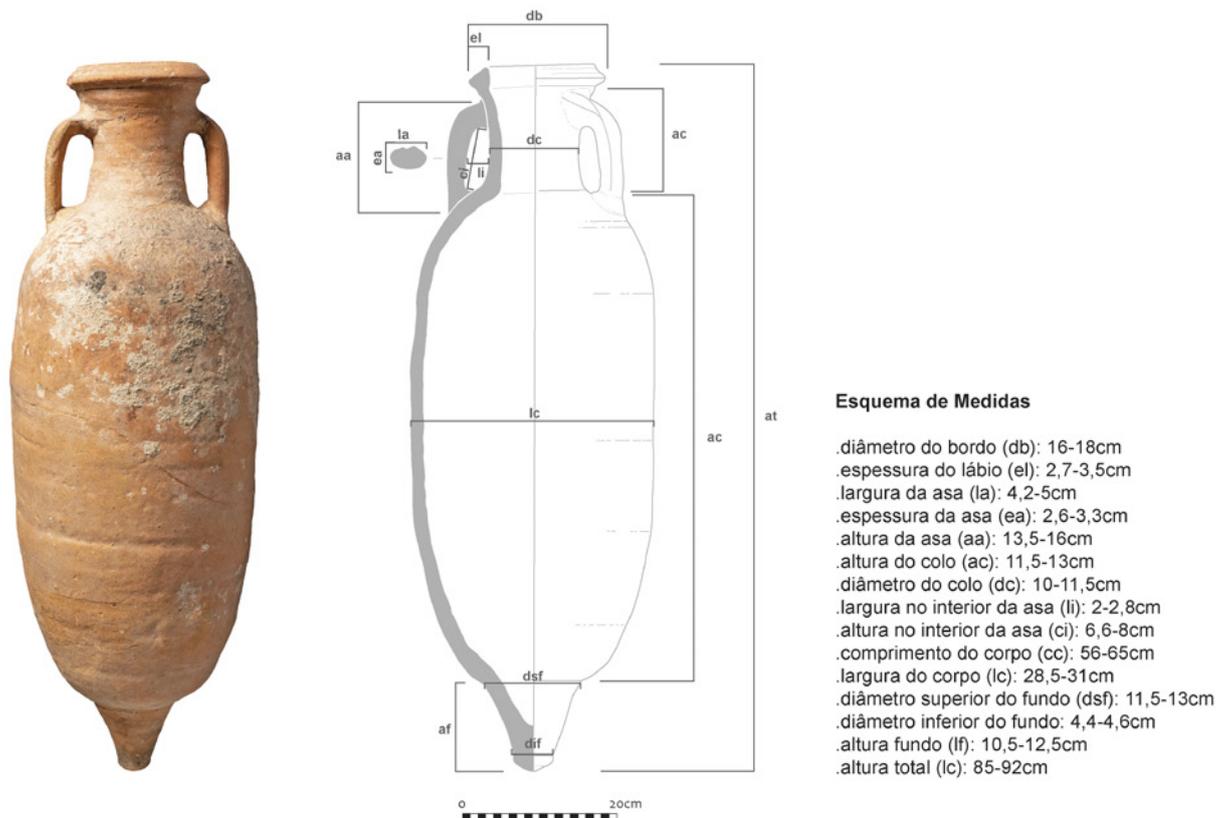
Segundo a primeira opção, a de volume máximo inflacionado, obteve-se uma capacidade de 33,6 l para a ânfora MNA.997.2.9 (à esquerda) e de 31 l para a ânfora MNA.997.2.10 (à direita). Com a segunda opção, a do volume médio ajustado, obteve-se uma capacidade de 28 e 27 l, respectivamente. Após ambos cálculos, com base nos modelos digitais, realizou-se a medição tradicional por enchimento das peças com esferas de poliestireno, obtendo-se valores muito semelhantes aos médios ajustados, concretamente de 26 l para a ânfora MNA.997.2.9 e 27 l para a MNA.997.2.10.

Finalmente, as ânforas foram também medidas de forma sistemática no diz respeito aos seus principais aspectos morfométricos. Os dados obtidos e sintetizados em todos os parâmetros analíticos referidos, apresentam-se nas seguintes figuras (Figuras 11 e 12).

A documentação gráfica e fotográfica realizada, bem como os dados morfométricos que foi possível coligir para as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, permitem-nos afirmar que os dados avançados por M. Maia em 1979 estavam, de um modo geral, correctos, e ao mesmo tempo permitem reiterar as leituras e interpretações que têm vindo a apontar estas ânforas como tipologicamente atribuíveis ao tipo Dressel 14.

Ao nível das principais partes que constituem a ânfora (bordo, colo, asas, corpo, fundo) pode assinalar-se, no entanto, que a variabilidade é algo maior que o anteriormente apresentado (Maia, 1979), sendo os parâmetros mínimo e máximo de maior amplitude do que se pensava, o que confere em alguns aspectos às ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim uma maior parecença com outras ânforas Dressel 14 das olarias do Tejo e do Sado, particularmente desta última região.

É o caso, por exemplo, da forma e da dimensão do corpo que, com uma variação entre os 56 e os 65 cm de comprimento e um diâmetro entre os 29 e os 31 cm, se apresenta com um tamanho



**FIG. 11.** Esquema de medidas obtidas nos exemplares de São Bartolomeu de Castro Marim e listagem sintetizada das medidas compiladas, com apresentação dos valores mínimo e máximo de cada um dos parâmetros morfométricos.

N.º INV. MNA	LOCAL	PESO	CAPACIDADE 1 (DIGITAL)	CAPACIDADE 2 (POLIESTIRENO)	COMENTÁRIO
997.2.1	S.B.C. Marim	19 kg			
997.2.2	S.B.C. Marim	18 kg			
997.2.3	S.B.C. Marim	20 kg			
997.2.4	S.B.C. Marim	21 kg			fundo separado
997.2.5	S.B.C. Marim	22 kg		30 l	
997.2.6	S.B.C. Marim	22 kg			
997.2.7	S.B.C. Marim	19,5 kg			sem fundo
997.2.8	S.B.C. Marim	21 kg			
997.2.9	S.B.C. Marim	22 kg	28 l	26 l	
997.2.10	S.B.C. Marim	21,5 kg	27 l	28 l	
997.2.11	S.B.C. Marim	—	—	—	incompleta
997.2.12	S.B.C. Marim	—	—	—	incompleta

**FIG. 12.** Tabela síntese dos pesos e cálculos de capacidade.

idêntico à maior parte das ânforas Dressel 14, produzidas quer nas olarias do Tejo quer do Sado<sup>12</sup>. A grande diferença relativamente a estas radica, basicamente, nas partes que lhe são apensas ao corpo por cima e por baixo, isto é, o fundo e o colo, e na mesma proporção as asas, que no caso das peças de São Bartolomeu, são frequentemente desiguais.

Quanto aos fundos, cónicos e curtos, a maioria apresenta-se semi-oco e com um pequeno botão muito característico, que lhe confere uma aparência quase «glandiforme». Contudo, alguns exemplares apresentam um preenchimento que não nos foi possível confirmar se se trata de um preenchimento original ou da integração de um restauro antigo<sup>13</sup>; assim optámos por diferenciar esse aspecto com uma trama a cinzento claro na sua representação gráfica (cf. Figuras 8 e 9).

No que diz respeito ainda às asas, referir que ostentam sempre um sulco que as percorre longitudinalmente, mais ou menos marcado, e com uma frequente digitação na sua parte inferior, fixando-a fortemente na parede do corpo. De facto, consideramos que é um detalhe tecno-morfológico que merece ser vincado, tal como se verá mais adiante.

Relativamente ao seu peso, registaram-se valores entre os 18 e os 22 kg, com um maior número de exemplares em torno dos 21 kg. Este dado é bastante interessante, se considerarmos que outras Dressel 14, com um maior tamanho total, como pode ser a peça MNA.983.333.61 de Tróia, ou da MNA.997.3.1 da Barrosinha, com a marca TMC, têm 17 e 18 kg, respectivamente. Tal como outros autores já fizeram notar, as produções do Tejo e do Sado, realizadas com argilas de melhor qualidade e plasticidade, têm as paredes mais finas (tendo depois nas Almagro 51C e nas Sado 1/Keay 78 o melhor exemplo), ao passo que as produções algarvias são genericamente mais grosseiras e bastas, tal como nos é revelado pela espessura das paredes das ânforas de São Bartolomeu que chegam a alcançar os 1,6 cm de grossura, como aliás já fizera notar M. Maia (1979).

No que concerne à capacidade, também os dados agora alcançados são muito importantes. No seu trabalho, M. Maia avançou um capacidade estimada de 35 l, contudo as medições agora realizadas com diferentes métodos revelaram capacidades diferentes, mas próximas entre si, entre os 26/27, 28 e 30 litros (cf. Figura 12). Duplamente importante e interessante, é poder verificar-se que se trata de valores equilibrados e, embora inferiores, não distantes de capacidades de Dressel 14 do Tejo e do Sado (veja-se a este propósito Viegas, Fabião e Almeida, no prelo).

Por último, pôde confirmar-se que estas ânforas denotam uma produção pouco cuidada e pouco estandardizada, com os «corpos empenados», para retomar as palavras de M. Maia (Maia, 1979: 142), e com zonas depressionárias localizadas. Efectivamente, no seu processo de manufactura verifica-se ainda que a ligação entre as diversas «partes» da ânfora (bordo e colo, corpo e fundo) foi feita de forma menos aperfeiçoada, assinalando-se frequentemente grandes diferenças na espessura das paredes da ânfora, nomeadamente na ligação do corpo ao fundo. Contudo deve referir-se que nenhum dos aspectos referidos retirou a viabilidade a estas peças enquanto contentores destinados ao transporte de preparados piscícolas. Aliás, o tipo de depósito onde se encontravam – um pouco afastadas do forno e junto ao esteiro da Carrasqueira, no estuário do Guadiana – remete para um contexto em que se encontrariam prontas a serem embarcadas para servir o seu propósito enquanto contentores. No mesmo sentido, e a julgar pela continuidade da produção em etapas seguintes, como parecem testemunhar os exemplares do tipo Almagro 51c recolhidos no local, estamos perante uma olaria que terá laborado até muito possivelmente ao século v d.C.

<sup>12</sup> Este aspecto adquire especial importância quando se pretende uma aproximação à quantificação dos produtos alimentares transportados em ânforas e ao seu significado económico (Adroher Auroux et al., 2016).

<sup>13</sup> Por exemplo, o exemplar MNA.997.2.12 apresentava sinais de restauro com gesso que foi utilizado para unir alguns fragmentos do corpo e para reforço das asas.

## 5. REAVALIANDO AS ÂNFORAS DE SÃO BARTOLOMEU DE CASTRO MARIM: VOLTAR ATRÁS, UM BOCADINHO MAIS À FRENTE

Afinal, de que ânforas falamos quando nos referimos às ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim? Como devemos designá-las e onde podemos procurar a sua origem? Nenhuma destas perguntas tem resposta fácil, ou talvez não as tenha de todo... Pelo que expusemos *supra*, a leitura e interpretação tipológica das ânforas de São Bartolomeu tem seguido várias direcções, um pouco «à boleia» das tendências da investigação nacional e internacional, nem sempre coincidentes. No fundo, não são mais do que o resultado inerente aos estudos cerâmicos, sejam eles as ânforas ou outra classe do *instrumentum domesticum*.

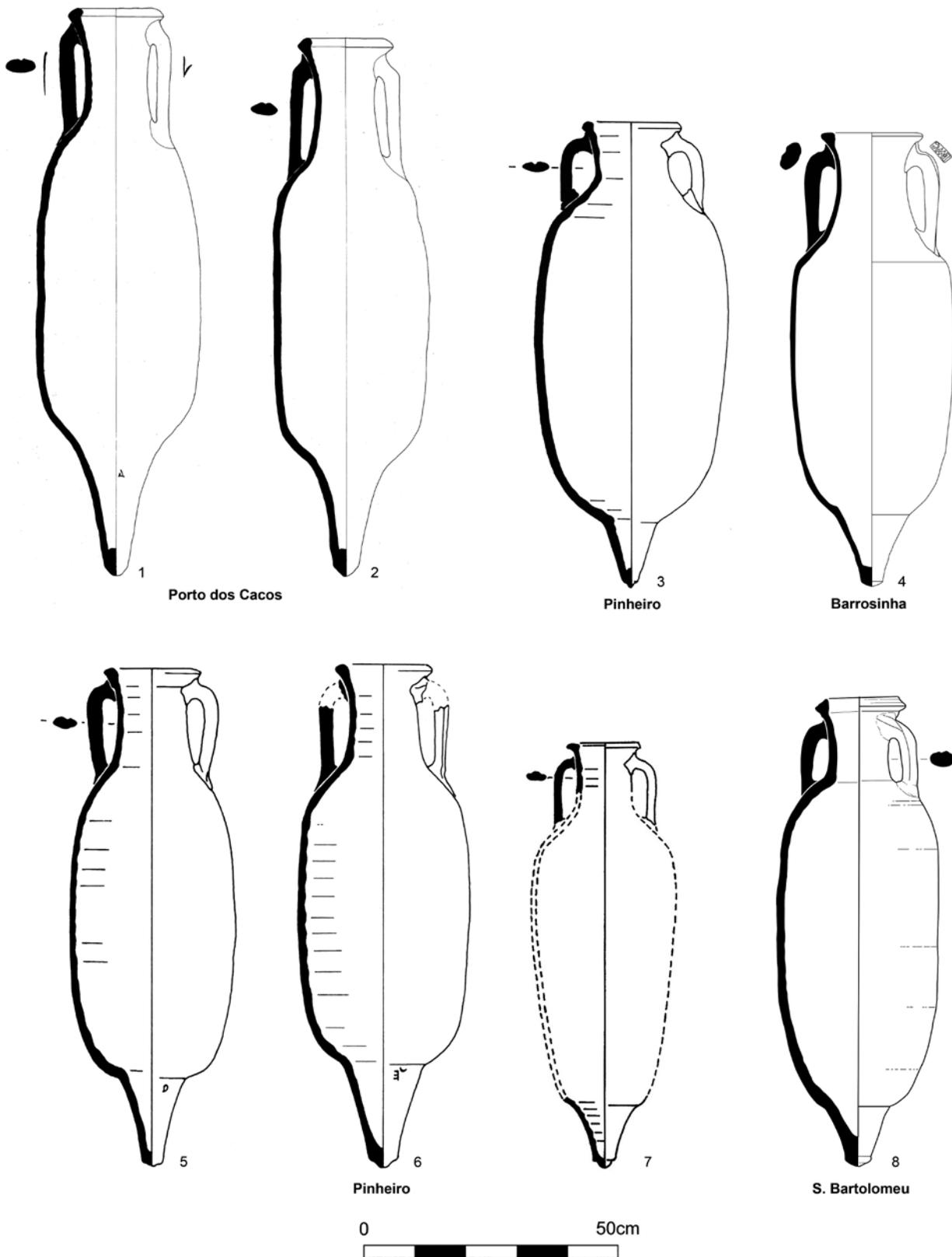
Na realidade passaram 50 anos sobre a sua «exclusão» da forma IV (=Dressel 14), por M. Beltrán Lloris (1970), quase 40 anos da sua «não integração» nas Dressel 14b, por A. J. Parker (1977), que, no entanto, reconheceu a sua singularidade e as apelidou de *sausage-shaped amphoras* («em forma de salsicha»), e outros tantos desde a chamada de atenção para o tipo feita por M. Maia (e até hoje ainda o único estudo específico dedicado às ânforas de São Bartolomeu) (1979). De assinalar, que passaram também 30 anos já desde que a investigação portuguesa se mostrou unânime na Mesa Redonda de Conímbriga (1990), considerando que era à Dressel 14 lusitana que deveriam ser atribuídas estas formas de produção algarvia, ressaltando a sua diferença relativamente às Dressel 14 do Tejo e do Sado (Mayet, 1990; Fabião e Carvalho, 1990; Alves, Diogo e Reiner, 1990). A partir do final dessa década foram-se sucedendo as leituras e interpretações, ora associando o arranque da produção de São Bartolomeu de Castro Marim com a manufatura de «Dressel 14 tardias» (Fabião, 1997), ora desvinculando da Dressel 14 e relacionando com formas de maior antiguidade e afinidade aos tipos Dressel 7 a 11/Beltrán I (Morais e Fabião, 2007), ora reiterando-se a sua atribuição às Dressel 14 e pendendo-se para uma hipotética «conexão bética» (Fabião, 2004, 2008; Viegas, 2016; Bernardes e Viegas, 2016; Viegas, Fabião e Almeida, no prelo).

Em função dos dados atualmente disponíveis, embora sem a pretensão de um estado da arte exaustivo, é possível tecer ainda algumas considerações, já que de entre os vários argumentos esgrimidos uns não excluem necessariamente os outros. Vejamo-los pois.

Em termos formais gerais, fazendo-se uma leitura transversal aos reportórios anfóricos das produções lusitana e bética, é, efectivamente, no tipo Dressel 14 onde radica a maior similitude formal.

Começando esta nossa revisitação e revisão pela Lusitânia, por ser a província onde se localiza o sítio de São Bartolomeu de Castro Marim, é evidente a semelhança com a Dressel 14 lusitana ao nível da forma dos bordos, do corpo, da forma das asas e dos seus detalhes (perfil, secção, sulco longitudinal e digitação de base incluída); a excepção é a dimensão mais pequena dos colos/asas e o fundo, tal como alguns autores já fizeram notar (Fabião, 2004: 401), que tanto lhe conferem o estatuto de «produção afim singular» da Dressel 14, como permitem afastá-la desse tipo (Morais e Fabião, 2007: 131). Certo é que da observação comparada entre a Dressel 14 de Castro Marim e outras Dressel 14 lusitanas, vislumbramos mais semelhanças que diferenças... De facto, mesmo o recorrente argumento da menor dimensão dos colos/asas e fundos, pode ser relativizado quando comparado com o das ditas Dressel 14 var. A do Sado, ou com exemplares menos «canónicos» como os do Pinheiro e Barrosinha, ou ainda com o da denominada Dressel 14 tardia do Pinheiro (Figura 13, n.ºs 5, 3-4 e 7, respectivamente). Ao mesmo tempo, a diferença de tamanho total entre a ânfora de São Bartolomeu e as típicas Dressel 14 var. C do Sado (Figura 13, n.º 6), cifra-se em torno a 10 cm, a mesma que pode ser vista entre estas últimas e as Dressel 14 do Tejo, por exemplo da Quinta do Rouxinol (Figura 13, n.ºs 1-2).

Consideramos que estas diferenças podem ser enquadradas dentro do que se tende a designar como a «assumida variabilidade formal» de um tipo, sem que isso signifique que não possa ser



**FIG. 13.** Comparação entre a ânfora de São Bartolomeu de Castro Marim e Dressel 14 lusitanas. 1-2) Porto dos Cacos (segundo Raposo, 1990: 143, fig. 29, n.ºs 1 e 2); 3) Pinheiro (segundo Mayet e Silva, 1998: 60, fig. 17, n.º 2); 4) Barrosinha (segundo Fabião *et al.* 2016: Estampa 13, n.º 127a); 5-7) Pinheiro; 8) São Bartolomeu [de Castro Marim] (segundo Mayet e Silva, 1998).

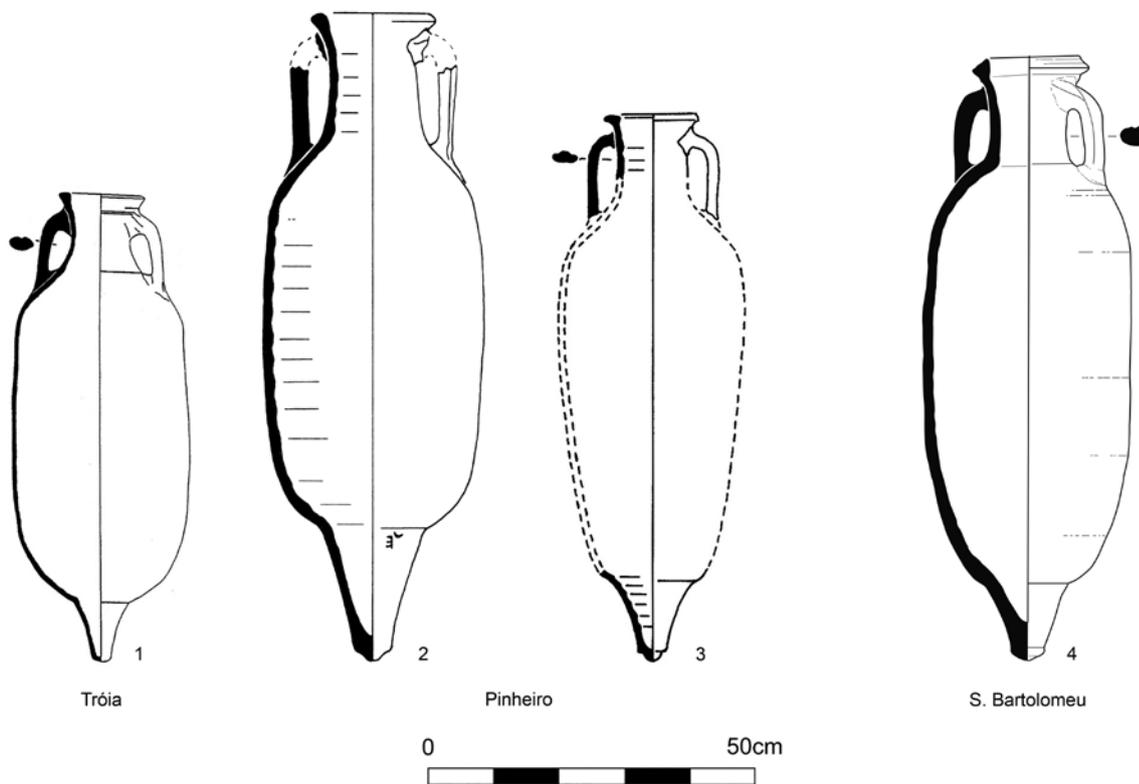
entendida como morfologia singular. No fundo, é o princípio subjacente ao reconhecimento de morfologias específicas de um tipo de características de uma determinada região. Tome-se como exemplo o caso da Almagro 50, que apresenta especificidades muito próprias em cada uma das regiões onde é produzida (Vales do Tejo, Sado e Algarve), sem que a sua atribuição ao tipo seja posta em causa (cf. Raposo e Almeida, 2016).

Em termos formais particulares, o quadro de identificação/atribuição e hipotética correspondência com uma das «variantes» de outras regiões produtoras, ganha contornos ainda mais complicados. Também aqui as opiniões têm divergido. Para F. Mayet e C. Tavares da Silva, os investigadores que trabalharam intensamente e sistematizaram a produção anfórica do Vale do Sado, estas ânforas devem ser atribuídas apenas à Dressel 14, que admite algumas variantes, e que a sua produção deve ser enquadrada entre a segunda metade do século I e o século III d.C. (Mayet e Silva, 1998: 35-36); já outros autores (Fabião, 1997, 2004, 2008; Viegas, 2016; Bernardes e Viegas, 2016; Viegas, Fabião e Almeida, no prelo), com base nos seus (já referidos) atributos morfológicos – corpo de forma cilíndrica com tendência para o ovóide, colo troncocónico curto, bordo de morfologia variável mas normalmente com secção triangular ou semicircular ligeiramente voltado para o exterior, e asas mais curtas – têm-na relacionado com a Dressel 14 «tardia».

Os mesmos atributos formais foram também base de argumentação para colocar a hipótese de, mais do que «ânforas do tipo Dressel 14 com singularidade», as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim poderem representar formas de difícil definição, correspondentes aos primeiros tipos de ânforas romanas de cunho provincial produzidos naquela região e, como tal, podendo ser integradas no grupo de tipos Dressel 7 a 11/Beltrán I, por maior afinidade a critérios formais e eventual âmbito cronológico (Morais e Fabião, 2007: 131), concorrendo também nesta direção a marca com *tria nomina* (LFT) associada a este fabrico (Morais e Fabião, 2007). No fundo, representando um outro foco do processo de romanização dos contentores, em consonância com o que se vai conhecendo hoje em dia para os vales do Tejo e do Sado (a este propósito veja-se Almeida e Fabião, 2019; Viegas, Fabião e Almeida, no prelo, para discussão e síntese atualizadas). Ambas as linhas de trabalho são plausíveis e, de facto, as duas têm a sua razão de ser.

No entanto, se para o caso dos Vales do Tejo e do Sado é possível traçar toda a diacronia do processo produtivo oleiro desde meados do século I a.C. aos inícios do III d.C., e atribuir com relativa segurança a cada uma das suas diferentes etapas os contentores que nelas foram produzidos (entenda-se as ânforas), já para o Algarve o cenário do conhecimento é totalmente diferente e não é recomendável definir um quadro produtivo por analogia. A produção de ânforas, de uma primeira fase no Algarve, encontra-se apenas atestada em São Bartolomeu de Castro Marim e no sítio romano da Manta Rota, em ambos com a produção de Dressel 14<sup>14</sup>. Embora a realidade artefactual da Manta Rota seja diferente, com uma amostra muito fragmentária, a análise atenta dos seus fragmentos permite ver que em ambos os sítios estão presentes peças com idênticas características e ambas carecem de balizas crono-estratigráficas para datar o início da sua produção, que terá depois continuado seguramente a partir da segunda metade do século III d.C. (Fabião, 2004; Viegas, 2006; Bernardes e Viegas, 2016). Assim, não existem dados empíricos objectivos para traçar um «antes» e um

<sup>14</sup> Além dos dois centros oleiros do Algarve oriental, julgou-se que a produção de ânforas do tipo Dressel 14 estivesse igualmente documentada no Martinhal, tendo sido essa a classificação atribuída a um conjunto de exemplares daí proveniente (forma Dressel 14 tardia = Martinhal 1) (Bernardes *et al.*, 2013). Ainda assim, e nessa mesma ocasião, os autores chamaram a atenção para as «fortes afinidades com exemplares africanos incluídos na forma 25 (subtipo 2/3) da tipologia de Simon Keay (= Beltrán 65A) e que M. Bonifay (2004: 119-122) integra na forma Africana III B/C (tipos 28 e 29)» (Bernardes *et al.*, 2013: 230, nota 4). Actualmente, é esta interpretação que prevalece, valorizando-se o enquadramento desta forma na etapa tardo romana – aliás a única que é conhecida para os fornos do Martinhal. Assim, as supostas «Dressel 14 tardias do Martinhal» correspondem a uma reprodução/interpretação local de ânforas norte-africanas do tipo Keay 25, que pode ser associada à fase final da produção, na segunda metade do século V, numa etapa desta *figlina* em que se verifica uma menor capacidade de standardização (Bernardes e Viegas, 2016).



**FIG. 14.** Comparação entre ânforas «Lusitana Antiga»/Lusitana 12 (1), Dressel 14 var. C (2) do Sado, Dressel 14 tardia do Sado (3) e ânfora de São Bartolomeu de Castro Marim (4). 1) Tróia (segundo Diogo e Trindade 1988); 2-3) Pinheiro (segundo Mayet e Silva, 1998).

«depois» em termos formais, que permitam definir as Dressel 14 de Castro Marim como uma morfologia «antiga», ou uma morfologia «tardia»...

Ainda quanto à possível correlação entre a Dressel 14 de Castro Marim e determinadas variantes tipológicas/cronológicas lusitanas, uma vez mais, a observação formal comparada (Figura 14) permite aferir e inferir dados interessantes. Por um lado, embora sejam claras as semelhanças existentes ao nível da forma e da métrica entre os colos/asas e fundos curtos dos tipos «Lusitanos Antigos» e das ânforas de São Bartolomeu, estas últimas, são claramente maiores que todos estes tipos atualmente conhecidos (cf. Almeida e Fabião, 2019, para uma sistematização atualizada), pelo que estamos em crer, que não se tratará dessa realidade. Por outro lado, é também evidente o nível de parecença entre a dita Dressel 14 tardia e as ânforas de São Bartolomeu; é compreensível, e mesmo tentador, relacionar ambas, sobretudo em aspectos formais como podem ser os bordos de formas triangulares, as asas e colos curtos, o corpo com tendência ovóide e até mesmo o fundo curto e oco ou semi-oco, com a presença de um pequeno botão mais ou menos marcado. Mesmo a altura total é aproximada, embora a primeira seja sensivelmente mais pequena (c. 80 cm) que as de São Bartolomeu (85-92 cm). Por último, a diferença mais substancial radica na capacidade da ânfora. Embora não se conheça à data nenhuma Dressel 14 tardia inteira ou quase completa, a proposta de reconstituição da forma revela um contentor de menor capacidade, que deverá rondar os 20-23 l, tal como o tipo Lusitana 12; assim, a capacidade das ânforas de São Bartolomeu (26/27-30 l) posiciona-se entre estas e a praticada nas Dressel 14 «canónicas», produzidas nas olarias do Tejo e do Sado (31-35 l) (cf. Viegas, Fabião e Almeida, no prelo).

Por último, quanto à hipotética filiação e origem da forma algarvia, o caminho para a sua compreensão é igualmente sinuoso. As questões de fundo foram já sagazmente colocadas anterior-

mente por vários autores; se alguns dos dados disponíveis se viram ampliados, sobretudo para território espanhol, outros conheceram poucos avanços, como é o caso do português, não sendo por isso ainda possível obter respostas categóricas.

Fazendo uso das palavras de C. Fabião (quem mais tem refletido sobre estas questões), hoje totalmente válidas e assertivas, não é ainda fácil aferir se o fabrico/produção da Dressel 14 no Algarve se deveu a «(...) *uma continuada influência das tradições andaluzas ou se, pelo contrário, documenta a expansão para sul das práticas lusitanas (...)*» (Fabião, 1997: 41). No entanto, o mesmo autor tem vindo a alavancar mais a origem para uma «conexão bética», eventualmente a partir do século I d.C., dado que as ânforas de Castro Marim «(...) *patenteiam afinidades com as produções béticas dessa época (...)*», tendo uma morfologia geral muito aproximada a algumas das produções da vizinha Bética, mas diferindo um pouco pelo menor tamanho total e por um corpo com uma tendência mais ovóide (Fabião, 2004: 401; 2008: 729).

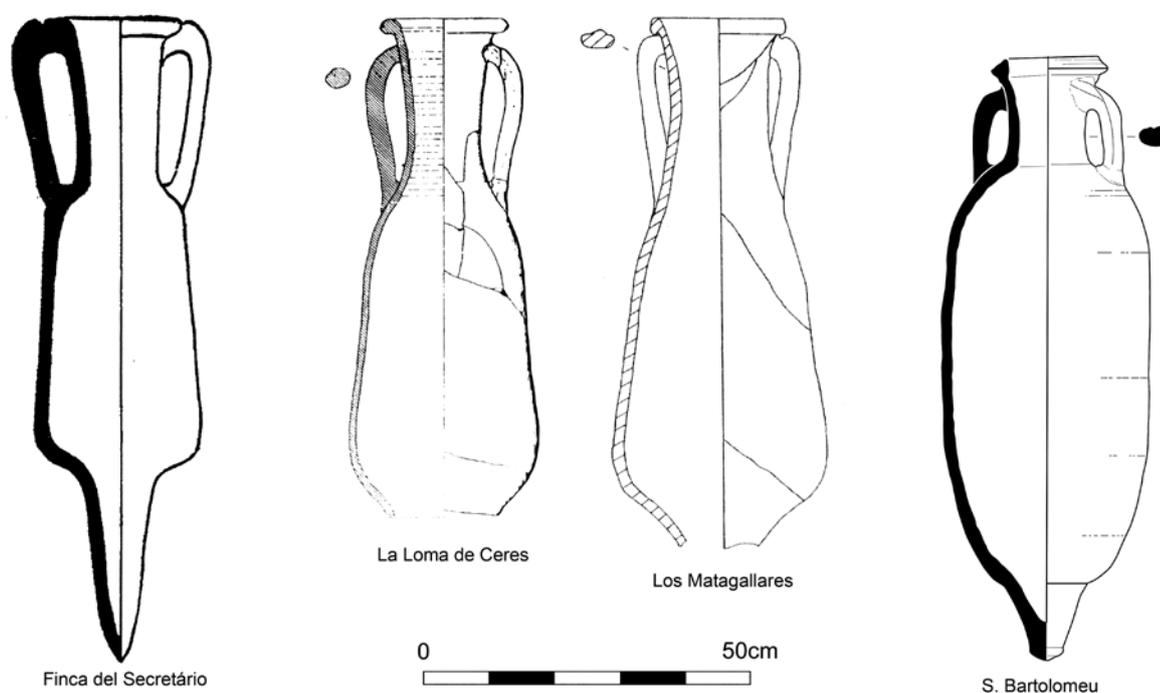
Neste ponto em concreto, consideramos que são cada vez mais sólidas as pistas em direção a um quadro produtivo de formação lusitana, em detrimento de umas ténues afinidades com as produções béticas, já que praticamente não observamos eventuais similitudes com as formas Dressel 14 produzidas nessa província, e menos ainda com as da família dos tipos Dressel 7 a 11. Percorrendo transversalmente o universo da vizinha Bética, nas várias regiões e lugares produtores, que sabemos hoje terem produzido Dressel 14, desde o âmbito atlântico da Baía de Cádiz, passando pelos mediterrânicos da baía de Algeciras e terminando nos importantes focos oleiros das costas de Málaga e Granada, constatamos que as semelhanças são menores do que outrora equacionadas.

Embora se possa reconhecer uma enorme variedade morfológica nas várias regiões da Bética, fruto dos, aproximadamente, três séculos que durou a produção do tipo nesta província, a tendência esboçada parece ser a de corpos mais cilíndricos com os colos e fundos mais diferenciados durante os séculos I-II d.C. e corpos mais piriformes a partir da segunda metade do II e durante o século III d.C. (García Vargas, 2001: 84; Bernal Casasola, 2001: 278-279).

Na primeira etapa, compreendida entre o século I e a primeira metade do II d.C., a produção na baía de Cádiz está atestada em pequena escala em Puente Melchor com bordos arredondados e perolados, com colos altos e verticais, durante os séculos I-II d.C. (García Vargas, 2001; Lavado Florido, 2004). Idêntico é o caso na produção alto imperial na Baía de Algeciras, que revela que em Guadarranque (Beltrán Lloris, 1977) e Villa Victoria (Bernal Casasola *et al.*, 2004a) se produzem as Dressel 14 com bordos arredondados e perolados, com colos aparentemente altos e verticais, atualmente datados em momento avançado do século I d.C. (Bernal Casasola *et al.*, 2004b). Na *figlina* de Venta del Carmen são vários os tipos de bordos que coexistem entre a primeira metade do século I e época tardo-flávia, existindo bordos triangulares pouco marcados, mas uma especial profusão de bordos amendoados e arredondados espessados ao exterior (Bernal Casasola, 1998a: 159-164).

A par destas, encontra-se a profícua produção da área de Málaga, sempre após meados do século I d.C. e durante o século II d.C., sendo conhecida a sua produção em Manganeto, Haza Honda, Calle Carretería, Martiricos, Huerta del Rincón e Finca del Secretário, também com grande diversidade formal ao nível dos bordos, que se apresentam espessos, arredondados e voltados para o exterior, assentes em colos cilíndricos altos e bem diferenciados do corpo, tal como os seus fundos (cf. García Vargas, 2001: 82-84 e Corrales Aguilar, Suarez Padilla e Arancibia Román, 2018, para sínteses mais abrangentes).

Durante a etapa mais tardia, compreendida entre a segunda metade do século II e o III d.C., observa-se uma menor standardização e maior heterogeneidade formal ao nível dos bordos, que podem ser arredondados, amendoados ou com molduras exteriores, como por exemplo em Loma de Ceres (Gener *et al.*, 1994; Bernal Casasola e Navas Rodríguez, 1998) ou Los Matagallares (Bernal Casasola, 1998: 239-249), ambos em Granada, à data a única região bética onde está documentada



**FIG. 15.** Comparação entre ânforas Dressel 14 béticas dos séculos I-II (Finca del Secretário), séculos II e III d.C. (La Loma de Ceres e Los Matagallares, segundo Bernal Casasola, 2001) e ânfora de São Bartolomeu [de Castro Marim].

a produção deste tipo em momentos mais avançados (Bernal Casasola, 1998: 239-249; Bernal Casasola, 2001: 278-279).

Em função do exposto, consideramos que as ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim apresentam manifestamente maiores afinidades com as produções de Dressel 14 do âmbito lusitano, possivelmente com as da área do Sado, mais do que com qualquer outra produção conhecida na vizinha província da Bética, podendo corresponder a «(...) *uma expansão para sul das práticas lusitanas (...)*», para utilizar uma vez mais as acertadas palavras de C. Fabião quando abordou este tema pela primeira vez (1997: 41). Quanto à forma propriamente dita, não é fácil, nem será talvez sensato, discernir se estamos ante uma morfologia efectivamente correspondente a uma Dressel 14 tardia, ou se «apenas» uma forma singular e interpretação local, que cabe dentro do que se poderia assumir dentro da variabilidade do tipo Dressel 14. Por outras palavras, trata-se apenas da Dressel 14 algarvia, uma forma com características próprias, que carece de outros epítetos à falta de dados mais sólidos...

O início da produção do tipo regionalmente, ainda que em momento difícil de determinar, poderia ser equacionável no século II d.C. (para não correremos o risco de fazer recuar uma datação para a qual não existem bases empíricas). A existência da marca LFT e de um hábito epigráfico com pouca expressão local, ainda que entendido como sinal de relativa antiguidade, não destoa de um contexto produtivo desta cronologia.

Questões de maior precisão tipológica relativamente aos seus detalhes morfológicos, reconhecidamente singulares, bem como do período de laboração das olarias onde foram produzidas estas ânforas (de momento São Bartolomeu de Castro Marim e Manta Rota), impossíveis de ser aferidos pelos materiais conhecidos, apenas poderão ser esclarecidos com escavações futuras que coloquem diretamente questões para a sua resolução, que permitam tipificar e seriar local e regionalmente essas produções, bem como dotá-las de parâmetros cronológicos.

Do mesmo modo, a caracterização sistemática das ânforas de São Bartolomeu de Castro Marim, que agora se logrou realizar, permitirá certamente perceber melhor o tipo de circulação e

difusão que estes contentores conheceram. Neste sentido, foi já possível identificar um exemplar destas ânforas que se encontra depositado no Museu de Faro, que será muito possivelmente uma ânfora de São Bartolomeu, como foi recentemente proposto (Almeida, 2019: 64). Desconhece-se a origem e as condições da incorporação desta peça no Museu de Faro, mas é possível que possa corresponder ao exemplar referenciado por Parker, para o qual alvitrou poder ter sido recolhido em São Bartolomeu de Castro Marim (Parker, 1977: 37, Fig.10).

## 6. ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS

A reanálise da coleção e a reelaboração da documentação primária das ânforas do depósito de São Bartolomeu de Castro Marim permitiram relocalizar e reunir, várias décadas depois, a totalidade do conjunto trazido para o Museu Nacional de Arqueologia por J. L. de Vasconcelos, formado por 12 exemplares. Os números de inventário das duas ânforas agora localizadas e que permitem a recuperação da informação são: MNA 997.2.11 e 997.2.12. Esta investigação e o seu resultado constitui mais uma prova da necessidade de se estudar os conjuntos artefactuais em estreita ligação com a abundante documentação de diversa natureza, que se conserva no Arquivo Histórico do Museu e que permite a reconstituição do seu trajecto na instituição e na investigação, possibilitando não só completar a biografia de cada objecto, mas também contribuir para a reconstituição da história das investigações nos sítios arqueológicos prospectados ou escavados pelos Directores e equipas do Museu.

O estudo agora realizado, que também se enquadra no âmbito da preparação do volume de Inventário da Reserva das Ânforas do MNA<sup>15</sup>, tornou ainda possível apresentar desenhos detalhados e fotografias de qualidade do estado atual das peças e elaborar medições de capacidade com aplicação de métodos inovadores (3D), e outros tradicionais, e continuar a aumentar a base de dados empírica que se tem vindo a constituir para o material anfórico lusitano, bem como documentar toda uma série de outros dados mensuráveis e de características morfológicas e tecnológicas que, em primeira instância, são as que permitem uma comparação morfológica a nível intra e supra-regional, e eventualmente um posterior enquadramento e discussão provincial ou até mesmo extra-provincial. A afiliação das Dressel 14 algarvias nas produções lusitanas dos vales do Tejo e Sado (e não na vizinha província da Bética) pôde também ser avançada, tendo por base o registo rigoroso agora realizado e atendendo aos dados hoje conhecidos das produções de ambos os lados do Guadiana.

Embora a grande maioria das olarias conhecidas em território algarvio tenha laborado em épocas mais tardias (entre os séculos III-IV d.C.) e se tenha dedicado a produzir um característico repertório formal centrado em ânforas como a Almagro 51C, Algarve 1 e Almagro 50 – nesta ordem de importância, respectivamente – a olaria de São Bartolomeu de Castro Marim, tal como a de Manta Rota, curiosamente as mais orientais do Algarve e mais próximas conhecidas ao Guadiana, produziram ânforas do tipo Dressel 14, muito provavelmente nos séculos II-III d.C., ou talvez até mesmo um pouco antes.

Acreditamos ainda que o aprofundamento da caracterização dos tipo anfóricos lusitanos, como o que aqui ensaiamos, constitui um aspecto essencial na investigação actual sobre o papel económico da Lusitânia no contexto da interdependência provincial. Só desta forma será possível uma correcta identificação dos exemplares lusitanos e aferir do peso e significado da comercialização dos produtos lusitanos à escala do império romano.

<sup>15</sup> Cf. o apontamento sobre o estudo e futura publicação do Inventário da Reserva de Ânforas do MNA, a propósito da notícia da ânfora Pascual 1 de Torre d'Aires (Boletim MNA Digital n.º 43 de Abril de 2018. <https://us10.campaign-archive.com/?u=209de377fc807fad1dababd6d&id=5b88a339bf>).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADROHER AUROUX, A. M.; CARRERAS MONFORT, C.; ALMEIDA, R.; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, A.; MOLINA VIDAL, J.; VIEGAS, C. (2016) – Registro para la Cuantificación de Cerámica Arqueológica: Estado de la Cuestión y una Nueva Propuesta. Protocolo de Sevilla (PRCS/14). *Zephyrus*. 78, p. 87-110.
- ALARCÃO, J. (1973) – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo.
- ALMAGRO, M. (1955) – *Las necrópolis de Ampurias*, vol. II. Barcelona: Diputación Provincial de Barcelona.
- ALMEIDA, R. R. de; FABIÃO, C. (2019) – The ‘early production’ of Roman amphorae in Ulterior / Lusitania. State of play of a universe (still) under construction. In GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R. de; GONZÁLEZ CESTEROS, H.; SÁEZ ROMERO, A. M. (eds.), *The Ovoid Amphorae in the Central and Western Mediterranean. Between the last two centuries of the Republic and the early days of the Roman Empire*, p. 175-190.
- ALMEIDA, R. R. de (2019) – As ânforas. In LOPES, M. (coord.) *O Mosaico do Oceano. Um tesouro intemporal de Ossónoba*. Faro: Câmara Municipal de Faro / Museu Municipal de Faro. p. 62-73.
- ALVES, F. J. S.; DIOGO, A. D.; REINER, F. (1990) – A propósito dos fornos de cerâmica lusitano-romanos de S. Bartolomeu do Mar. In ALARCÃO, A.; MAYET, F. (eds.) – *Ânforas Lusitanas*. Tipologia, produção, comércio local. Coimbra/Paris: Museu Monográfico de Conimbriga/Paris, p. 193 -198. (Actas das Jornadas de estudo. Conimbriga, 1988).
- BELTRÁN LLORIS, M. (1970) – *Las Ânforas Romanas en España*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1977) – Problemas de la morfología y del concepto histórico-geográfico que recubre la noción tipo. Aportaciones a la tipología de las ánforas béticas. In *Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l’Étude des amphores*. Collection de L’École Française de Rome 32, p. 97-117
- BERNAL CASASOLA, D. (ed.) (1998). *Los Matagallares (Salobreña, Granada)*. Un Centro Romano de Producción Alfarera en el Siglo III d.C., Salobreña.
- BERNAL CASASOLA, D. (dir.) (1998) – *Excavaciones Arqueológicas en el Alfar Romano de la Venta del Carmen, Los Bárrios (Cádiz)*. Una Aproximación a la Producción de Ânforas en la Bahía de Algeciras en Época Altoimperial. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- BERNAL CASASOLA, D. (2001) – La producción de ánforas en la Bética en el siglo III y durante el Bajo Imperio Romano. In Bernal Casasola, D. e García Vargas, E. (eds.), *Congreso Internacional. Ex Baetica Amphorae. Conservas, aceite y vino de la Bética en el imperio romano*. Actas 1, Écija, p. 239-372.
- BERNAL CASASOLA, D.; ROLDAN GOMEZ, L.; BLANQUEZ PÉREZ, J.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J.; PRADOS MARTÍNEZ, F. (2004a) – Las Dr. 2-4 béticas. Primeras evidencias de su manufactura en el conventus Gaditanus. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L., (eds.) *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. B.A.R. International Series. Oxford. p. 633-648.
- BERNAL CASASOLA, D.; ROLDÁN GÓMEZ, L.; BLÁNQUEZ PÉREZ, J.; PRADOS MARTÍNEZ, F.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2004b) – Villa Victoria y el barrio alfarero de Carteia en el s. I d.C. Avance de la excavación del año 2003. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L., (eds.) *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a.C. – VII d.C.)*. B.A.R. International Series. Oxford. p. 457-472.
- BERNAL CASASOLA, D.; NAVAS RODRÍGUEZ, J. (1998) – La producción alfarera en la costa granadina en época romana. In BERNAL CASASOLA, D. (ed.), *Los Matagallares (Salobreña, Granada)*. Un Centro Romano de Producción Alfarera en el Siglo III d.C., Salobreña, 1998, pp. 65-100.
- BERNARDES, J. P.; VIEGAS, C. (2016) – Roman Amphora Production in the Algarve (Southern Portugal). In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R. de; MARTIN, A. (eds.) *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10)*, p. 81- 92.
- BERNARDES, J. P.; MORAIS, R.; PINTO, I. V.; DIAS, R. (2013) – A olaria baixo-imperial do Martinhal, Sagres (Portugal). In BERNAL, D.; JUAN, L. C.; BUSTAMANTE, M.; DÍAS, J. J.; SÁEZ, A. M. (eds), *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania*, p. 317-329. Cádiz, Universidad de Cádiz.
- CORRALES AGUILAR, P.; SUAREZ PADILLA, J.; ARANCIBIA ROMÁN, A. (2018) – La elaboración de ánforas en la Bahía de Malaca: estado de la cuestión, *Ex Oficina Hispania. Cuadernos de SECAH* 3, p. 113-132.
- CORREIA, E.; CORREIA, F. R. (2019) – *Salvaguarda do forno romano de S. Bartolomeu do Sul, Castro Marim. Relatório Final. Sítio dos Olhos, fracção 58/BS 8950-270*, Castro Marim. Policopiado.
- CORREIA, V. (1928) – O Domínio Romano. In PERES, D., *História de Portugal*. Porto: Portucalense Editora.
- DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I. (2016) – Geochemical fingerprints of Lusitanian amphora production centres: Tagus, Sado, Algarve and Peniche. In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R. de; MARTIN, A. (eds.), *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*, (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10), Oxford: Archaeopress, p. 95-103.

- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1988) – Uma perspectiva sobre Tróia a partir das ânforas. Contribuição para o estudo da produção e circulação das ânforas romanas em território português. *O Arqueólogo Português*. Série IV, 16, p. 187-220.
- EDMONSON, J. C. (1987) – *Two industries in Roman Lusitania: mining and garum production*. Oxford: Archaeopress (BAR Int. Series 362).
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (2002) – *Salaisons et sauces de poisson hispaniques: Trois clés de l'économie de l'Hispanie romaine*. Paris, Ed. De Boccard.
- FABIÃO, C. (1997) – A exploração dos recursos marinhos. In ALARCÃO, A. (dir.) *Portugal Romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 35-58.
- FABIÃO, C.; CARVALHO, A. (1990) – Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva. In ALARCÃO, A.; MAYET, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio* (Actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988). Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 37-63.
- FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. (eds.), *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C – VII d.C.)* (Cádiz, Noviembre 2003). Oxford: Achaeopress (BAR, Int. series 1266) p. 379 -410.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2004) – Epigrafia anfórica da Lusitânia: uma perspectiva. In REMESAL, J. (ed.) *Epigrafia anfórica – workshop de Barcelona* (2003). Barcelona: Univ. de Barcelona, p. 221-244. (Col Instrumenta, 17).
- FABIÃO, C. (2008) – Las ánforas romanas de Lusitania. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA i LACOMBA, A. (eds.), *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*. Cadiz, p. 725-745.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A.; ALMEIDA, J.; ALMEIDA, R. R. de; PIMENTA, J.; FILIPE, V. (2016) – Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museu Nacional de Arte Romano de Mérida). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa / Union Académique International / Faculdade de Letras de Lisboa, UNIARQ.
- GARCÍA VARGAS, E. (2001) – La producción de ánforas “romanas” en el sur de Hispania. República y Alto Império. In *Actas del Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae. Conservas, Aceite y Vino de la Bética en el Império Romano* (Écija-Sevilla 1998. Écija, Editorial Sol, p. 57-174.
- GARCÍA VARGAS, E.; BERNAL CASASOLA, D. (2008) – Ânforas de la Bética. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA i LACOMBA, A. (eds.), *Cerámicas Hispanorromanas: un estado de la cuestión*, Cádiz, p. 661-688.
- GENER BASALLOTE, J. M.; MARFIL RUIZ, P. F.; PUENTEDURA BEJAR, M. (1993) – Loma de Ceres, un centro de producción anfórico. In *Congreso Peninsular de História Antiga 2*, Coimbra, p. 971-993.
- HUBNER, E. – *Corpus Inscriptorium Latinarum*, III Suplemento, n.º 6255, 7, página 1011.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana (II a.C. – VI d.C.). (Coll. Instrumenta; 11). Barcelona: Universitat de Barcelona.
- LAVADO FLORIDO, M<sup>a</sup>. L. (2004) – El complejo industrial de Puente Melchor: el centro productor, la organización del espacio y su área de influencia. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. (eds.) *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres Alfareros y Producciones Cerámicas en la Bética Romana (ss. II a. C. – VII d. C.)*. B.A.R. International Series. Oxford. p. 473-487.
- MAIA, M. (1979) – As ânforas de S. Bartolomeu de Castro Marim, *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 1, p. 141-144.
- MAÑÁ, J. M<sup>a</sup>. (1951) – Sobre la tipología de las ánforas púnicas. In *Crónica del VI Congreso del Sudeste Español*, Alcoy 1950. Cartagena, p. 203-21.
- MAYET, F. (1990) – Typologie et chronologie des amphores Lusitaniennes. In ALARCÃO, A.; MAYET, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio* (Actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988). Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 29-35.
- MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. (1996) – Les amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel, Paris: de Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (1998) – L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal), Paris: de Boccard.
- MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In LAGÓSTENA BARRIOS, L.; BERNAL CASASOLA, D.; ARÉVALO GONZÁLEZ, A. (eds.), *CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad. Actas del congreso Internacional de Cádiz*, BARIntSer 1686, p. 127-133.
- PARKER, A. J. (1977) – Lusitanian Amphoras, VV.AA. *Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des amphores*. Collection de L'École Française de Rome 32, p. 35-46.
- PEACOCK, D. P. S.; WILLIAMS, D. F. (1986) – *Amphorae and the Roman economy. An Introductory Guide*. London: Longman.
- RAPOSO, J. (1990) – Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no Vale do Tejo. In ALARCÃO, A.; MAYET, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio* (Actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988). Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 117-151.

- RAPOSO, J.; ALMEIDA, R. R. de – Almagro 50 (Lusitania Occidental), Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo <<http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-50-western-lusitania>>(20 julio 2016), (25.6.2021).
- RAPOSO, J. ; VIEGAS, C. – Dressel 14 (Lusitania Occidental), Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo <<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-14-western-lusitania>> (20 julio 2016), (10.6.2019).
- SANTOS, M. L. E. V. A. S. (1972) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 2, p. 351-356.
- VASCONCELOS, J. L. de (1898) – Olaria luso-romana em S. Bartolomeu de Castro Marim. *O Arqueólogo Português*. S. 1, 4, p. 329 -336.
- VASCONCELOS, J. L. de (1900) – Da Lusitania à Bética. *O Arqueólogo Português*. S. 1, 5, p. 225 -249.
- VASCONCELOS, J. L. de (1915) – *Historia do Museu Etnológico*. Lisboa
- VASCONCELOS, J. L. (1919-20) – Aquisições do museu Etnológico Português, *O Archeologo Português*. Série 1, vol 24, p. 242.
- VEIGA, S. P. M. E. (1877-8) – *Catálogo dos Monumentos e Objectos de Arte Antiga Descobertos e Obtidos no Reconhecimento das Antiguidades do Distrito de Faro, feito desde Março de 1877 até Outubro de 1878, para o levantamento da Carta Archeologica do Algarve em virtude da Portaria de 15 de Janeiro de 1877*, p. 54/105 e 55/106.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1910) – Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos, *O Arqueólogo Português*. Vol. XV, p. 209-233.
- VIEGAS, C. (2006) – O Forno romano da Manta Rota (Algarve). *Setúbal Arqueológica* 13, p. 177 -196. (Simpósio Internacional “Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet, Setúbal, Maio 2004).
- VIEGAS, C. (2011) – *A ocupação romana do Algarve – estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no periodo romano*. Série estudos e Memórias. Lisboa: UNIARQ, 3
- VIEGAS, C. (2016) – «Dressel 14 (Meridional Lusitania)», Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption (<http://amphorae.icac.cat/amphora/dressel-14-meridional-lusitania>), 20 July, 2016.
- VIEGAS, C.; FABIÃO, C.; ALMEIDA, R. R. de (no prelo) – Standardization of the Lusitanian amphorae: between convergence and diversity. In ‘Regional Convergences: Mass Production and the Development of Roman and Byzantine Amphora Standardization’ (Atenas, 16-18 Outubro 2017).

#### MANUSCRITO

Carta de Francisco Silvestre de Sousa Rocha para José Leite de Vasconcelos, primeira referência ao sítio de São Bartolomeu de Castro Marim, em 4 de Fevereiro de 1895 (doc. 19942 – Legado de José Leite de Vasconcelos, Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia).

#### ENDOVÉLICO

<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=53270>



